

**UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA
MESTRADO EM PSICANÁLISE, SAÚDE E SOCIEDADE**

Maria Alice da Cruz

O MAL-ESTAR NA APOSENTADORIA

Rio de Janeiro

2013

**UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA
MESTRADO EM PSICANÁLISE, SAÚDE E SOCIEDADE**

Maria Alice da Cruz

O MAL-ESTAR NA APOSENTADORIA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga Almeida, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade, na área de concentração: Psicanálise e sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Helena Martinho

Co-orientador: Prof^o. Dr^o. Auterives Maciel Júnior

Rio de Janeiro

2013

DIRETORIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU*
E DE PESQUISA
Rua Ibituruna, 108 – Maracanã
20271-020 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2574-8871 - (21) 2574-8922

FICHA CATALOGRÁFICA

C955m Maria Alice da Cruz
O mal-estar na aposentadoria / Maria Alice da Cruz,
2013.
63 f : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Veiga de Almeida,
Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Rio de
Janeiro, 2013.

Orientação: Prof^a. Dra. Maria Helena Martinho
Co-orientador: Prof. Dr. Auterives Maciel Júnior

1. Psicanálise. 2. Aposentadoria. 3. Idoso. I. Martinho,
Maria Helena. II. Maciel Júnior, Auterives. III. Universidade
Veiga de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise,
Saúde e Sociedade. IV. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UVA
Biblioteca Maria Anunciação Almeida de Carvalho

MARIA ALICE DA CRUZ

O MAL-ESTAR NA APOSENTADORIA

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria Helena Marinho (Orientadora)
Universidade Veiga de Almeida

Prof^o Dr^o Auterives Maciel Júnior (Co-orientador)
Universidade Veiga de Almeida

Prof^a Dr^a Rosane Melo
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA ALICE DA CRUZ

O MAL-ESTAR DA APOSENTADORIA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga Almeida, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade, na área de concentração: Psicanálise e sociedade.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria Helena Marinho (Orientadora)
Universidade Veiga de Almeida

Prof^o Dr^o Aterives Maciel Júnior (Co-orientador)
Universidade Veiga de Almeida

Prof^a Dr^a Rosane Melo
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Ao meu marido Quim pelo incentivo e compreensão pelas ausências e afastamentos.

Aos meus filhos Eduardo e Mayra, por serem a minha fonte de inspiração para essa caminhada acadêmica.

Aos amigos pela transmissão de alegria por mais uma batalha vencida.

Aos servidores que aceitaram fazer parte desta pesquisa, e compartilhando importantes momentos de suas vidas.

À minha chefia por autorizar minha participação no mestrado, e viabilizar tal realização.

Aos professores e funcionários da Universidade Veiga de Almeida do Campus Tijuca pelo apoio.

Resumo

Nesta pesquisa, apresenta-se um estudo sobre a aposentadoria. O interesse em pesquisar este tema surgiu inicialmente na experiência em Serviço Social, em uma instituição pública federal. Os atendimentos nesta área consistiram em abordar as implicações administrativas das faltas que estes servidores possuíam, sem justificativas, e como tais ressoavam negativamente para imagem profissional, bem como mostrar os direitos e deveres de cuidar da saúde e de outras questões particulares que estavam interferindo na sua assuidade ao trabalho. Alguns servidores, por estarem próximos ao momento da aposentadoria, alegaram não se preocupar com o horário e a assuidade: estavam ali apenas esperando completar o tempo para se aposentar. Percebe-se nessas palavras que a aposentadoria poderia ser fonte de sofrimento para estes servidores. Numa visão psicanalítica, parte-se da proposta de Freud (1930), o qual afirma que o mal estar na civilização é o conflito inquestionável entre as exigências da pulsão do ser humano e as restrições impostas pela civilização - sua base de investigação da origem do sofrimento humano - para investigar o que leva o trabalhador a ter este mal-estar no momento da aposentadoria. Como fundamentação teórica para a pesquisa utiliza-se o texto "Sobre a transitoriedade" (1915) que trata da periodicidade do belo, como aumento de valor. E também o texto "Luto e melancolia", pela vivência do rompimento das relações de trabalho, via aposentadoria, vir acompanhado de alterações na rotina diária e no vínculo com o sistema social, o que pode provocar o luto (Freud, 1917). Para captar tal olhar parte-se da escuta dos usuários, registrada em questionários e entrevistas. Foram entrevistados 10 servidores, sendo 5 aposentáveis, que atendem aos requisitos mínimos para se aposentar, e 5 aposentados, entre homens e mulheres. Este estudo aponta que o rompimento com o trabalho exige do sujeito um investimento psíquico, pois se vivencia um conflito pelas perdas sociais e psíquica.

Palavras-chave: aposentadoria, luto, mal-estar.

Abstract

This research presents a study on retirement. The interest in researching this topic first appeared on experience in Social Work, in a federal public institution. These calls in this area consisted of addressing the implications of the administrative absence that the servers had, without justification, and as such resonated negatively to professional image, and show them the rights and duties of health care and other specific issues that were interfering in his presence at work. Some servers, being close to the time of retirement, claimed not to worry about the time and presence: they were just waiting to complete the time to retire. It can be seen in these words that retirement could be a source of suffering for these servers. In a psychoanalytic view, we start this study from Freud (1930), which states that the civilization and its discontents is a unquestionable conflict between the requirements of human instinct and the restrictions imposed by civilization – the source of human suffering - to investigate what leads a worker to have this discontent at retirement. As a theoretical basis for research we use the text "On transience" (1915) which deals with the periodicity of the beautiful, as increase in value. And also use the text "Mourning and Melancholia", because experiencing the disruption of labor relations, for retirement, comes along with changes in daily routine and in connection with the social system, which can cause mourning (Freud, 1917). To capture this we listened the workers, recorded in questionnaires and interviews. We interviewed 10 servers, 5 retirees and 5 possible retirees, men and women, who meet the minimum requirements for retirement. Our study indicates that the break with the work, the requires people to do a psychic investment, because they experience a conflict due to social and psychological losses.

Keywords: retirement, mourning, discontent.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O TRABALHO E A PROTEÇÃO SOCIAL DO TRABALHADOR	16
2.1	A constituição do trabalho nas diversas sociedades	16
2.2	O trabalho no Brasil	24
2.3	A proteção social	29
3	UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA SOBRE A APOSENTADORIA	44
3.1	A transitoriedade	46
3.2	O luto	50
3.3	O mal-estar	53
4	A ESCUTA DO SUJEITO FRENTE A APOSENTADORIA	59
4.1	Análise e discussão das entrevistas	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	71
	QUADROS	
	Quadro1 – Regras para a aposentadoria	40
	Quadro 2 – Sumarização dos dados dos participantes aposentáveis	57
	Quadro 3 – Sumarização dos dados dos participantes aposentados	57
	Quadro 4 – Distribuição das classes temáticas	58
	Quadro 5 – Distribuição das classes temáticas	60
	APÊNDICE	
	Produto da dissertação	72
	ANEXOS	
	Roteiro das entrevistas	74

1. INTRODUÇÃO

A partir de uma prática profissional como assistente social em uma instituição pública federal, nasceu o tema dessa dissertação: “aposentadoria”.

O interesse em pesquisar este tema surgiu inicialmente da necessidade de atender demandas advindas de alguns chefes de coordenações, responsáveis por equipes de trabalho, que perceberam constantes ausências de seus servidores no trabalho, que alegavam questões de saúde, familiares ou simplesmente se ausentando sem justificativas aparentes.

Assim, iniciou-se uma série de atendimentos com esses servidores e suas chefias, os quais consistiram em abordar com eles as implicações administrativas das faltas e como estas ressoavam negativamente para imagem profissional, bem como mostrar os direitos e deveres de cuidar da saúde e de outras questões particulares que estavam interferindo na sua assiduidade ao trabalho. Nesses encontros, surgiram falas que embrionariamente suscitarão o tema dessa pesquisa. Alguns servidores, por estarem próximos ao momento da aposentadoria, alegaram que por estar nesta condição, não se preocupavam com o horário e a assiduidade. Estavam ali apenas esperando completar o tempo para se aposentar. Percebi nessas palavras que a aposentadoria era um condicionante para tomada de posição. Com isso comecei a conversar com eles sobre o que iriam fazer na aposentadoria, se já possuíam algum plano de vida para essa nova etapa.

Para entender o significado de “estar esperando o tempo para se aposentar”, fui pesquisar a legislação sobre o assunto, e descobri que a Emenda Constitucional 20/2003, que dispôs tempo e idade como requisitos básicos para aposentadoria, deixou considerável número de servidores desta instituição em situação de pré-aposentadoria, aguardando completar idade ou tempo de contribuição para a previdência social, para usufruir o direito de se aposentar. Este quantitativo se deve ao longo período decorrido sem concurso público, sem renovação do quadro de servidores. Conseqüentemente, com as alterações propostas pela Emenda Constitucional a maioria dos servidores ficaram na mesma condição para se aposentar. Com esta descoberta passei a prestar mais atenção nas conversas informais sobre “aposentadoria”, e nos atendimentos com os servidores aposentáveis passei a inserir questões sobre tal tema.

Então, nesses atendimentos vieram relatos mostrando que alguns tinham boa expectativa sobre a aposentadoria, já outros demonstravam medo em vários aspectos, como insegurança quanto à legislação previdenciária, pois a lei está sempre sofrendo alterações, medo de não se adaptar à vida fora do trabalho, preocupações relacionadas à vida familiar, esposa e filhos, e com a idade cronológica, para começar novos projetos de vida. A maioria apresentou dúvidas sobre o que fazer para ocupar o tempo, sendo este uma preocupação latente, pois poucos ocupam o tempo com algo representativo em relação à aposentadoria. Assim, com essa pluralidade de assuntos, veio a se concretizar o meu interesse em pesquisar quais questões envolvem o servidor no universo da aposentadoria.

Com o despertar desse interesse comecei a observar que alguns servidores aposentáveis demonstravam mal-estar ao falar sobre aposentadoria, com uma representatividade de mudança que não era positiva nem negativa, mas uma ruptura na normalidade de sua vida, suscitando um sentimento de desalento e incerteza. Com isso, comecei a levar para os atendimentos indagações que suscitassem a subjetividade da aposentadoria para esses servidores, tal como: O que os impede de vivenciar a aposentadoria como um momento de recompensa?

Conforme recebia respostas dos servidores, vinha a necessidade de me aprofundar nos conhecimentos subjetivos desse grupo, a fim de me instrumentalizar para os atendimentos junto aos servidores que se encontravam em tal situação. Aliado a isso, comecei a pensar na criação de um programa de preparação para aposentadoria - PPA, como uma forma de minimizar os efeitos negativos da aposentadoria, trazendo para discussão temas que apareceram nas falas dos servidores, nas conversas formais e informais.

Apesar da subjetividade não ser um instrumento indiferente ao trabalho do assistente social, visto que na sua atuação, junto ao usuário, para prover ajuda material ou orientação quanto às dificuldades subjetivas de enfrentamento de sua situação de debilidade, recorre-se ao conhecimento psicológico para que o mesmo possa agir autonomamente sobre tal situação, senti a necessidade de um conhecimento mais profundo sobre o assunto, ingressando então no mestrado em psicanálise, saúde e sociedade, onde considerei oportuno trazer a ideia de ter como base de estudo a implantação do PPA, de modo a prevenir o mal-estar provocado pela aposentadoria. Mas ao me deparar com os estudos

psicanalíticos, fui me dando conta que não há como prevenir o mal-estar, o real que nos invade, que nos toma. Nesse caminhar de estudos, cheguei a Freud, que me mostrou a grande novidade de que o homem é um ser pulsional, que essa pulsão é indomável, acéfala, não se controla. Ela é inerente ao homem. Assim, descobri que não se controla o mal-estar, como a pulsão, ele é inerente ao ser humano. A partir deste ponto, fui estudar um precioso texto de Freud (1930), “O mal-estar na cultura”, cujo tema principal é o conflito inquestionável entre as exigências da pulsão e as restrições impostas pela civilização – sua base de investigação da origem do sofrimento humano, pela qual funda um saber original sobre os mecanismos mais profundos do ser humano.

Neste texto Freud apresenta como ponto fundamental o sofrimento, como parte da constituição do ser humano, advindo da cultura, que nos impõe regras e limites. Assim, Freud identifica o propósito da vida humana: buscar intensamente o prazer e evitar o sofrimento. Define que o propósito da vida é o princípio do prazer. Entretanto, reconhece que a felicidade é impossível de ser alcançada, já que a falta é constitutiva do homem. Para o autor, o sofrimento humano provém de três fontes: a primeira, o poder superior da natureza; a segunda, a fragilidade do corpo, “*condenado à decadência e à dissolução*” (p. 49), e a terceira decorrente do relacionamento entre os homens, identificado por Freud como o mais penoso de todos.

Com esta leitura comecei a me indagar sobre o mal-estar na aposentadoria e percebi que este poderia estar inserido nas questões relacionadas ao corpo, considerado como parte da natureza, e será sempre uma formação, transitória, limitada em sua adaptação e em sua operação, e que adocece, envelhece e morre, e também nos remete a ideia de finitude; assim como, ao relacionamento humano, no caso da aposentadoria, pelo suposto distanciamento gradativo dos laços sociais decorrentes da saída do ambiente de trabalho, que ocasiona um abalo nas rotinas e mobilidades de sociabilidade construídas a partir desse ambiente.

A partir desse conhecimento preliminar, percebi que o mal-estar é constante no ser humano, então me proponho a enveredar em estudos que possibilitem, com aporte da psicanálise, desenvolver reflexões a respeito do mal-estar frente à experiência da aposentadoria aos servidores públicos federais. Para melhor apreender como homens e mulheres, no contexto de suas experiências

de vida, atravessam o período do desligamento da sua atividade laborativa ingressando na condição de aposentado(a), procuro abordá-lo à luz de alguns textos da obra de Freud (1915, 1916, 1930) e de autores da psicanálise.

Sabe-se que a aposentadoria consiste numa ruptura entre um período de tempo totalmente voltado e organizado em função do trabalho, inclusive o período de tempo livre, que na contemporaneidade, é marcado pela compulsão incansável de produzir resultados, comprovações, efeitos de diversão, que tornam o momento do lazer tão cansativo e vazio quanto o do tempo de produção, podendo então resultar numa verdadeira desorientação temporal, exigindo do sujeito aposentável uma maior elaboração de suas representações quanto ao binômio trabalho-aposentadoria, tendo em vista que, em alguns casos, a aposentadoria pode ser associada ao que não serve mais, passou do tempo, e inclusive, à morte do desejo.

Isso me leva a pensar que quando o servidor me procura demandando uma ajuda, uma orientação, devo ter uma escuta atenta, pois ao falar da situação que o incomoda – por não saber como agir, por considerá-la muito importante, por envolver terceiros (familiares, amigos, colegas), de modo que eu possa compreender/extrair de suas palavras, que a aposentadoria não é simplesmente um ato administrativo, mas um ato carregado de conteúdo, que o faz rememorar, que numa linguagem psicanalítica, traz a ideia de que falar do passado dá consistência ao imaginário e sentimento de continuidade entre o que se viveu e o tempo presente. Sinalizo aqui que o assistente social, como outros profissionais que têm as relações sociais como objeto de trabalho, necessita de uma escuta diferenciada em seus atendimentos, que permita extrair das situações concretas, as dificuldades subjetivas que estão em jogo na situação de vida do usuário.

Para tratar dessas questões, apresentamos este estudo em cinco capítulos. No segundo capítulo, “O trabalho e a proteção social ao trabalhador”, apresento uma visão geral sobre as mudanças ocorridas na sociedade, promovidas pelo trabalho humano, desde a Pré-História até a Era Contemporânea. Nesse capítulo será discutido como o trabalho passou a fazer parte da vida do homem e por consequência, como surgiu a proteção social ao trabalhador, em especial a aposentadoria.

No terceiro capítulo, intitulado “Uma abordagem psicanalítica sobre a aposentadoria”, baseio-me em três textos da obra de Freud dos anos de 1915, 1916

e 1930, assim como em outros autores da psicanálise. Nesse estudo discorrerei sobre as possíveis consequências diante das perdas correlacionadas à aposentadoria.

O quarto capítulo, “A escuta do sujeito frente a aposentadoria”, se propõe a apresentar uma pesquisa de campo: entrevistas com alguns sujeitos aposentados e outros prestes a se aposentar, na intenção de investigar as suas trajetórias laborais e as diferentes formas como cada um lida com o desligamento do trabalho. Para captar tal olhar pretendemos escutar servidores e servidoras públicas federais que preencheram os requisitos mínimos para se aposentar, no ano de 2012, que possuíam vínculo empregatício regido pelo Regime Jurídico Único. Na medida em que esses requisitos variam conforme o tempo de contribuição e a idade, não há possibilidade de indicar precisamente aqui a faixa etária a ser escutada. Pela característica do estudo optamos pelo uso do método de estudo qualitativo, por alinharmos com o pensamento de Minayo (2007, p. 21):

“A pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ela trabalha com o universo dos significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos”.

Para a apresentação dessa metodologia nos baseamos na Análise de Conteúdo, de Bardin (2008), que utiliza um conjunto de técnicas de análise das comunicações como procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens em três fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Segundo a autora, este método busca conhecer o que está por trás das palavras, proporcionando o conhecimento de outras realidades através destas mensagens.

A fase de pré-análise consistiu na organização propriamente dita, momento da escolha dos entrevistados, criação de hipótese ou questões norteadoras que fundamentaram o questionário e nortearam a entrevista. A organização do material das entrevistas transcritas seguiu a seguinte metodologia: anotar em colunas frases, parágrafos significativos, de modo a facilitar a percepção das semelhanças e contrastes nas frases.

A fase de *exploração do material* é o momento da codificação, em que os dados brutos são transformados de forma organizada e agregadas em unidades, as quais permitem uma descrição das características pertinentes do conteúdo (BARDIN, 2008). A codificação compreendeu a escolha de unidades de registro, a seleção de regras de contagem e a escolha de categorias. Unidade de registro (UR) é a unidade de significação a codificar, a qual pode ser o tema, palavra ou frase. A frequência com que aparece uma UR denota-lhe importância.

Neste estudo, o *corpus* é constituído por 10 entrevistas, tendo sido definida como unidade de registro a frase e, como unidade de contexto, o parágrafo. Esta, por sua vez, serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem.

Os resultados foram discutidos a partir a literatura referente à temática. Para garantir o anonimato dos entrevistados, estes foram codificados com a letra E, seguida de numeral arábico conforme a ordem decrescente de tempo de serviço público.

A etapa seguinte consistiu na categorização. Categorias são rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) em razão de características comuns. Na atividade de agrupar elementos comuns, estabelecendo categorias, seguem-se duas etapas: *inventário* (isolam-se os elementos comuns) e *classificação* (repartem-se os elementos e impõem-se certa organização à mensagem).

Por último, procedeu-se ao *Tratamento dos resultados obtidos e interpretação*. Nesse momento, ao se descobrir um tema nos dados, é preciso comparar enunciados e ações entre si, para ver se existe um conceito que os unifique; quando se encontram temas diferentes, é necessário achar semelhanças que possa haver entre eles. Durante a interpretação dos dados, é preciso voltar atentamente aos marcos teóricos, pertinentes à investigação, pois eles dão o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo. A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica é que dará sentido à interpretação.

Participaram do estudo 10 servidores, sendo 5 aposentáveis e 5 aposentados, homens e mulheres, que exercem ou exerceram funções técnico-administrativas, de pequena ou grande complexidade. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas, individualmente, por meio de questões amplas, com linguagem

acessível ao entrevistado, contendo questões abertas e fechadas norteadas sobre o tema.

Para concluir, faremos as considerações finais, apresentando propostas fundamentadas dos resultados obtidos na pesquisa, esperando que este estudo aporte contribuições e interesses sobre a temática aposentadoria, e que possa colaborar como proposta de trabalho no processo de desligamento dos servidores, via aposentadoria.

2 O TRABALHO E A PROTEÇÃO SOCIAL DO TRABALHADOR

Nesse capítulo discorreremos brevemente sobre as mudanças ocorridas nas sociedades promovidas pela ação do trabalho humano, nos aspectos econômicos e sociais, desde a época primitiva até os tempos atuais. Procuraremos mostrar como o trabalho foi tomando espaço na vida do indivíduo, e como foi se fazendo necessária a criação de instrumentos de proteção ao trabalhador, embora na maioria das vezes tenha se dado de maneira não-pacífica ou pela existência de situações que causavam mal-estar (numa visão política), obrigando a intervenção do Estado, conforme palavras do jurista FRANCO JÚNIOR (2004):

“Os principais marcos de evolução da proteção social no mundo demonstram sua íntima ligação com condições fáticas perturbadoras do bem-estar social. É fácil notar que todos os grandes marcos evolutivos da cadeia histórica da proteção social vieram precedidos de enormes conturbações sociais, que culminaram, em maior ou menor intensidade, na alteração da postura do Estado em relação à conduta das políticas públicas” (Franco Júnior, 2004, p.3).

Recorremos a Blay (1962) para mostrar as formas de organização societária de nossa história, dentre elas o primitivismo, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo. Essas formas de organização foram importantes, pois promoveram grandes mudanças no modo de produção e na forma como o homem pensava a vida.

2.1 A constituição do trabalho nas diversas sociedades

A formação das sociedades se constitui pelo modo como o homem se apropria da natureza pelo trabalho, com o domínio de técnicas acumuladas através das gerações. A construção desse conhecimento determina a relação de poder entre os homens, não só pelo processo produtivo, como também pela distribuição das tarefas executadas pelos grupos e pela criação de instituições que correspondem às necessidades sociais. Elias (1994) diz que a sociedade é uma rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, construída por uma ligação funcional, criando uma interdependência entre as funções, de modo que cada

indivíduo é representante de uma função que só é formada e mantida em relação a outras funções, as quais só podem ser entendidas em termos da estrutura específica e das tensões específicas desse contexto total.

Trataremos, aqui, sobre o primitivismo, baseados nos estudos arqueológicos de Durant (1943), para que possamos visualizar a dimensão do desenvolvimento da sociedade. O historiador subdivide a sociedade primitiva em três grandes períodos: Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais. No período Paleolítico, por volta de 2,5 milhões a.C, os homens se caracterizavam pela vida nômade, não praticavam o plantio e utilizavam instrumentos rudimentares de trabalho, feitos de madeira e pedras. A grande importância desta período é o modo de vida em comunidade. Somente através do trabalho em conjunto poderiam garantir a obtenção dos recursos naturais. Ressaltamos que nessa época evidenciava-se a descoberta do fogo, que marca o início do domínio do homem sobre a natureza.

Para Durant (1943), o fogo foi o único avanço positivo feito pelo homem até a Revolução Industrial. Segundo o autor, foi o que permitiu o homem a enfrentar o frio e proporcionar bem-estar e segurança, uma vez que o fogo afugentava os animais ferozes. Aqui podemos perceber o indício de uma tentativa de proteção quanto às ameaças enfrentadas pelo homem.

É importante perceber que surge nesse período uma valorização das necessidades básicas do homem, ou seja, um mínimo universal referente à satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: a alimentação, o uso da água potável, a habitação.

No Período Neolítico (10.000 a 4.000 anos a.C.) o homem deixa de ser nômade e passa a praticar a agricultura de subsistência. A partir desse momento, ele passa a viver em grupos, formando as primeiras tribos.

Em decorrência da fixação do homem veio a descoberta da pecuária com a domesticação dos animais. Os filhotes das caças eram levados para as crianças cuidarem no acampamento. Aos poucos o homem foi mudando seu ritmo de vida, já não precisava sair todos os dias para caçar, pois seu alimento estava ali, à disposição. Assim, houve mais tempo livre para criar cerâmica, tecer roupas, melhorar suas habitações, aperfeiçoar artesanato, pintar, desenhar. Verifica-se, assim, que foi o nascimento da agricultura e da pecuária que fez o homem deixar de ser nômade e valorizar a vida em comunidade.

O período da Idade dos Metais (4.000 a.C. a 3.500 a.C.) é caracterizado pela transformação do cobre fundido com outros metais. A vida do homem mudou mais uma vez, pois os objetos e ferramentas, que antes eram feitos com pedras e ossos, passaram a ser feitos de metal. Só muito depois, por volta de 3.500 a.C., chegou-se à arte da fundição – ou de extrair o metal dos minérios.

Somente por volta de 1.500 a.C. descobriu-se o ferro, provavelmente pelos primeiros pedaços retirados de meteoritos que caíram sobre a Terra. Com a utilização do ferro, as ferramentas passaram a apresentar mais qualidade e existir em maior quantidade. Inicialmente, este metal era utilizado somente para fazer ferramentas e armas.

Verifica-se assim, que a comunidade primitiva se caracterizava pela homogeneidade, e que pela falta de excedente econômico impossibilita a divisão da população em trabalhadores e não trabalhadores. O trabalho era realizado com a finalidade de manutenção do indivíduo, de sua família e da comunidade como um todo.

Na sociedade escravagista, durante a Antiguidade, mais precisamente na Grécia e em Roma, o trabalho se faz presente pela mão do escravo. Ohlweiler (1984) diz que a força de trabalho escrava não era conseguida por aliciamento, mas por via extra-econômica: a coerção pela violência. Segundo os gregos, os escravos não eram mais que um corpo, um mero objeto, um instrumento de produção, que tal como os animais eram propriedade absoluta de seus amos, objeto de compra-e-venda.

Os escravos eram pessoas que deveriam servir aos cidadãos por terem sido conquistados durante as batalhas. Quem não prestava um bom serviço como escravo, era eliminado. Eles representavam a maioria absoluta da população. Alguns possuíam trabalho especializado (artesãos, pintores, atores). Os que tinham educação mais refinada podiam ser até mesmo professores dos filhos dos ricos. Porém, a maioria era enviada às minas de chumbo ou pedreiras, rastejavam em galerias baixas e mal ventiladas, cavavam de joelhos ou deitados durante dez a doze horas por dia.

Para os gregos, o ato de trabalhar era algo humilhante e desprezível (Le Goff, 1979) por não ser atividade da classe dominante, a aristocracia militar, fundiária e o clero. Entretanto, algumas atividades, como a do ourives, do ferreiro, e

sobretudo do alfageme¹, contavam com algum prestígio por serem consideradas mágicas e atenderem às necessidades da classe dominante (p. 90). Langer (2004) também é da opinião de que “o *trabalho era visto como algo degradante, como castigo, como algo que denegria a imagem do ser humano e do cidadão*”.

O período escravista foi do século III ao século V. Seu fim está relacionado ao custo dos escravos e o custo dos outros tipos de trabalhadores, juntamente com o progresso tecnológico e a necessidade de trabalhadores sempre mais motivados, impulsionou gradativamente a libertação dos escravos e sua substituição por novas relações de servidão e por trabalhadores assalariados.

A queda do Império Romano, com as invasões das tribos bárbaras, foi um estopim para o início da formação dos primeiros núcleos feudais em Roma, dando abertura para novas formações sociais e produtivas, o que foi chamado feudalismo.

As mudanças mais profundas no feudalismo só ocorreram no final da Idade Média, e introduziram parte da sociedade numa dinâmica urbana e comercial em função de três fenômenos econômicos: maior produção, progresso no setor urbano e acentuada monetarização. A produção rural ultrapassou as atividades manufatureiras e as comerciais, pois envolvia um número maior de pessoas e os valores sociais aceitos naquela época estavam fortemente ligados à agricultura.

Segundo Le Goff² (1979), é entre os séculos IX e XII que a relação social de trabalho se configura tal como conhecemos hoje, seguindo um esquema de classificação dos indivíduos divididos por ordens ou categorias: *oradores*, *bellatores*, *laboratores*, (clérigos, militares e trabalhadores, respectivamente). O monarca desfrutava dos privilégios eclesiásticos e religiosos. Os guerreiros eram possuidores de terras e representantes da violência, pertenciam ao estrato social de lutadores e pertenciam a antigas linhagens, formando a força militar. Os trabalhadores constituíam a massa camponesa - que pela evolução e influência econômica e social dos campos e das cidades, seriam o que chamamos hoje de mão-de-obra do setor primário.

Dentro do grupo de trabalhadores existiam várias atividades marcadas que mostravam as diferentes realidades econômicas e sociais e, implicitamente, a mentalidade da sociedade da época. Como o cristianismo era muito forte naquela época, “entendia-se que o homem deveria trabalhar *à semelhança de Deus*” (p.90).

¹ Espadeiro. Fabricante ou vendedor de espadas. Bom esgrimista.

² Jacques Le Goff, historiador francês.

Se o trabalho de Deus é criar, então só terão valor aquelas profissões que tem como produto final a criação, ou a transformação de matéria-prima em objetos (o artesanato). Assim também são valorizadas as profissões descendentes da atividade agrícola ou pastoril.

O auge do feudalismo sucede entre os séculos IX e XIII, com intensa exploração camponesa, concentrada em certas regiões superpovoadas, deixando áreas extensas com espaços vazios e promovendo, então, uma revolução econômica e social, cujos pontos relevantes estão no desenvolvimento urbano e na divisão social, pois nascem novas atividades e estabelecem-se novas profissões. E algumas atividades antes condenadas passam a ser aos poucos toleradas - por exemplo, o comércio (p. 91). Le Goff destaca duas justificações para tais tolerâncias a partir do século XII: o bem comum, fundamentado na filosofia de Aristóteles que afirmava que o desenvolvimento natural do Estado se daria a partir dos impulsos sociais do homem, e a mudança do significado da palavra "labor", que deixa de significar atividade de desprezo para ser um mérito - inclusive o lucro extraído dele.

Sobre as justificativas, São Tomás de Aquino faz o seguinte discurso, conforme vemos em Le Goff (1979): "Quando alguém se dedica ao comércio tendo em vista a utilidade pública, quando se quer que as coisas necessárias à existência não faltem numa terra, o lucro, em vez de ser encarado como fim, é apenas reclamado como remuneração do trabalho". (p. 94). As justificativas são importantes para que a prática de atividades, como a prostituição, profissão mais infame do grupo dos mercenários, fosse legitimada. Na verdade as justificativas determinam o papel material na sociedade e o seu valor espiritual.

Com o desenvolvimento urbano também surgem inovações no campo. A produção agrícola teve um aumento significativo e surgiu a necessidade de comercialização dos produtos excedentes, o que fez crescer as rotas de comércio terrestres e as feiras de artesãos, que se transformaram em pequenas cidades chamadas de "burgos". Nelas surgiram ricos comerciantes que eram chamados de "burgueses". Assim, cresceu o número de artesãos que sofriam um duplo processo de exploração: os impostos e as taxas exigidos pelo senhor feudal, e o controle sobre a produção dos ricos e poderosos burgueses. Com o tempo, esses fatores, somados à insurreição camponesa, à peste, à falta de alimentos decorrente do

aumento populacional e à baixa produtividade agrária, contribuíram para o declínio do feudalismo europeu.

Podemos dizer que nesse momento histórico, de passagem do feudalismo para o capitalismo, esboça-se o nascimento da questão social, na qual os artesãos começam a ficar endividados e caem na dependência total dos comerciantes burgueses. Para melhor entendimento desta transformação, torna-se urgente trazeremos o conceito de classe. Para tal recorreremos a Marx e Engels, que nos anos de 1840, ampliaram o conceito de classe trabalhadora, referenciando em seu uso um sentimento de solidariedade interno ao grupo social e de oposição a outros grupos, numa apreensão nova da natureza das desigualdades sociais, passando a referenciar as discussões no interior, no que hoje conhecemos como Ciências Sociais, tanto para divergir como para desenvolver suas teorias.

Os autores iniciam a análise a partir da constatação de que o proletariado constituía-se numa força política, pelo decisivo papel na luta pela emancipação. Para eles o ponto que dá partida para a criação de um projeto político emancipador, é a consciência de seu lugar na sociedade.

O crescimento do comércio, principalmente através das expansões marítimas (originando o descobrimento de novos continentes) foi um impulsionador para o capitalismo. Surgiram as manufaturas³, onde toda produção era de propriedade do burguês. Vemos, então, duas grandes características do nascimento do sistema capitalista: a apropriação privada dos modos de produção e a exploração da força de trabalho assalariada, imprimindo nova forma de relações sociais, nas quais o trabalhador não tem mais nada de seu, nem as ferramentas, nem o produto do seu trabalho, apenas a sua força de trabalho para vender como mercadoria em troca de um salário.

Foi na manufatura que também operou a divisão social do trabalho, em que cada trabalhador, através de uma tarefa simples, fazia apenas uma parte do produto final. Na fabricação dos sapatos, por exemplo, havia alguns que faziam a sola, outros que costuravam, outros lixavam e assim por diante. Eles não se reconheciam mais no produto final de seus trabalhos. Tal divisão do trabalho proporcionou um aumento da produção, em comparação com o sistema anterior ancorado na produção artesanal.

³ Manufaturas são grandes oficinas onde os burgueses disponibilizavam matéria-prima, instrumentos de produção e os artesãos trabalhavam em troca de um salário.

Para ilustrar essa característica, podemos nos remeter ao clássico filme *Tempos Modernos* (Chaplin, 1936), no qual o personagem de Charles Chaplin é funcionário de uma grande fábrica, onde desempenha um trabalho de apertar parafusos, monótono e repetitivo – característica do taylorismo-fordismo⁴. Mostra-se, neste filme, como o trabalho era robotizado nas linhas de montagem das indústrias, que ainda eram realizados por tantas horas que o trabalhador passa a identificar coisas do seu cotidiano como parte do trabalho – e, no caso deste personagem, chega a enlouquecer.

O filme além de apresentar as concepções que abrangem as questões trabalhistas, mostra também a perspectiva da humanidade pela constante busca pela felicidade, sendo esta bem demarcada com a frase do início do filme: “Tempos Modernos. Uma história sobre a indústria, a iniciativa privada e a cruzada da humanidade em busca da felicidade.”

O surgimento da máquina a vapor na Grã-Bretanha foi o passo que permitiu a transformação da manufatura em indústria. A chamada Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, foi o período de muitas invenções e descobertas: a eletricidade, a siderurgia, a ferrovia, etc. A partir da Revolução Industrial, a contradição capital trabalho tornou-se mais acirrada. Quanto mais se produzia, menos condições humanas possuíam os trabalhadores. Os trabalhadores passaram a vender sua força de trabalho para o burguês, materializada em horas de trabalho por dia de produção, trazendo outra noção de trabalho, traduzida em folga, férias, horário, liberdade, lazer, salário, preguiça, sobrevivência, dando assim um novo significado ao trabalho.

Passou-se então a estabelecer uma relação entre atividade profissional e o cumprimento de um dever, que era ter o trabalho bem executado, de forma disciplinada e eficiente, para que o indivíduo ficasse com a sensação de dever cumprido. Nesse sentido, percebe-se que o trabalho na contemporaneidade representa um valor moral que, de certa forma, é repassado ao indivíduo que o executa. Isto é, aquele que se dedica de forma intensa à atividade profissional, passa a ser valorizado também. Independentemente do seu conteúdo, dos objetivos que visa a atingir, do prazer que possibilita a quem o executa. O trabalho representa

⁴ Taylorismo-fordismo – Sistemas produtivos, do final do século XIX, criado por Frederick Taylor e aplicado por Henry Ford, em 1914. Nesses sistemas os elementos constitutivos básicos do processo de trabalho eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; pelo controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista, Antunes (1995, p. 17).

outro valor para os que o executam. É um valor em si mesmo. Conforme sintetiza Fromm (1977), “o moderno sistema industrial impõe que a maior parte de nossa energia seja orientada para o trabalho”, (p. 132).

Vejamos, agora, como se caracteriza concepção de trabalho no Brasil, e suas implicações para o entendimento do conceito de aposentadoria.

2.2 O trabalho no Brasil

No Brasil a noção de trabalho surgiu, em um primeiro momento, pela mão-de-obra indígena, em decorrência da vasta população territorial. Os índios eram, assim, peça-chave na estruturação da economia colonial, porém logo suplantados pelos negros vindos da África.

Os índios, antes da chegada dos portugueses, só produziam o que consumiam, através da prática da agricultura, caça, pesca e coleta. Os homens derrubavam árvores e faziam queimadas, para limpar o terreno, e as mulheres praticavam o plantio, a colheita e o preparo dos alimentos. Nesse trabalho os índios não tinham a mínima preocupação em produzir excedentes, até mesmo pela abundância de alimentos fornecidos pela floresta e pelo mar, pois esta fartura deixava-os despreocupados com a escassez.

O trabalho indígena predominou ao longo de todo o século XVIII. Inicialmente, surgiu como um trabalho de subsistência; mais tarde, os índios passaram a praticar atividades que eram de seu conhecimento, as quais traziam resposta prática aos colonos, como exemplo, a extração do pau-brasil. Este trabalho se dava através do escambo e da escravidão, pois ao se encantar com os adornos, aceitavam fazer atividades solicitadas pelos colonos. Todavia, os índios começaram a exigir mais coisas em troca de seus serviços, como ferragens e armas, se tornando assim uma mão-de-obra mais dispendiosa, além do fato de mais comerciantes se interessarem em comprar seus materiais.

A situação do índio ficou muito pior com a introdução do cultivo da cana-de-açúcar, pois os colonizadores não conseguiriam índios para tal tarefa, que era vista como trabalho muito pesado, desgastante, e, além do mais, feminino. Mas os colonos dependiam dessa mão-de-obra, pois, no início da cultura canavieira, não havia ainda capital suficiente para adquirir os caros escravos africanos.

Com isso, apesar da mão-de-obra indígena ter sido um elemento importante para a colonização, o negro logo o sobrepujou. O escravo africano, desde o início da colonização, foi sendo introduzido aos poucos nas terras americanas. LEWKOWICS *et. alii* (2008) observa que, por razões contraditórias ou complementares, essa opção é explicada pela “*inaptidão do índio para a lavoura, a defesa dos jesuítas, que se opuseram veemente à escravização daquele, a rarefação demográfica, a pouca resistência às doenças ocasionadas pelo contato com o branco e os lucros do tráfico negreiro que passaram a ser importante fatia do comércio colonial*” (p. 19).

O escravo africano se fez presente, no Brasil, desde o século XVI, mas sua força de trabalho é registrada, principalmente entre os séculos XVII e XIX, primeiro no litoral e depois no interior, na exploração de diversos produtos, pois o desenvolvimento de uma atividade econômica, não era exclusiva, o que existia era uma exploração em menor ou maior escala de um determinado produto. Por exemplo, além da extração da madeira, explorava-se também o algodão nativo e algumas sementes oleaginosas.

A base econômica do Brasil teve início com a plantação de cana-de-açúcar e café, ambas estruturadas conjuntamente para funcionar com o setor de cultivo agrícola e o beneficiamento do produto. Este tipo de funcionamento de plantação exigia o abastecimento contínuo de escravos oriundos do tráfico.

O Nordeste foi um importante polo de produção de cana-de-açúcar. Por isso, nos séculos XVI e XVII, o principal destino dos escravos era aquela região. O jesuíta italiano Antônio Andreoni escreveu no início do século XVIII: “os escravos foram as mãos e os pés do senhor de engenho” (1983, p. 74). Nessa produção, além do escravo, figura principal, eram empregados também trabalhadores assalariados, lavradores de cana e indígenas. Os escravos na sua maioria eram ocupados nas atividades de manufaturaria, desenvolvendo trabalhos mais pesados, intensos e devastadores, obedecendo a uma rígida ordenação hierárquica. Não eram utilizados em setores que propiciavam riscos de fuga ou perigos inerentes a certas atividades, como na administração, manutenção, transporte e processamento.

Outro produto importante para a economia do Brasil, que influenciou diretamente na constituição da mão-de-obra, foi o café, que veio a ser o principal

produto de exportação no século XIX, que mais utilizou o escravo até a abolição, permitindo a formação de extensas e ricas fazendas no Rio de Janeiro e São Paulo.

Com a expansão do plantio do café a partir da década de 1830, surgiram assim as primeiras províncias do Rio de Janeiro, que logo se espalharam para o sul, chegando mais tarde ao oeste paulista. No fim da década de 1870 havia, no Brasil, em torno de 250 mil escravos trabalhando nas lavouras cafeeiras.

Outra produção econômica que influenciou na concepção de trabalho foi a mineração, atividade esta demandada nos fins do século XVII, desde a descoberta de minas de ouro, em Minas Gerais, provocando o povoamento da região, com surgimento de arraíás e vilas, pelo entusiasmo financeiro do Império português. Essa atividade, mais que outras, propiciou aos escravos maior acesso à alforria e alguma mobilidade social graças à possibilidade de reunir um pecúlio, e podia realizar diversos trabalhos na cidade, tais como ser engraxate, comerciante, barbeiro, etc. Esses escravos eram conhecidos como “escravo de ganho”, pois uma parte do seu rendimento com tal atividade era destinada ao seu dono, acumulando pecúlio e podendo assim comprar sua alforria, como também, ser disponibilizado pelo seu dono a prestar serviço a outrem em troca de um pagamento (Libby & Paiva, 2005). No Rio de Janeiro, grande centro urbano e capital do Império, no século XIX os escravos exerciam tarefas domésticas, ocupações agrícolas e manufatureiras, nos transportes e em obras públicas, no comércio ambulante e artesanato, ou seja, uma larga variedade de incumbências.

Os escravos nas cidades tinham mais oportunidade de domínio de seu tempo, em comparação com que tralhavam nas atividades rurais de exportação. Nas cidades eles circulavam de forma mais livre, relacionavam-se diariamente com pessoas de outras condições sociais. Porém continuavam a serem designados para desempenharem atividades manuais, transportar cargas e prestar contas a seu senhor.

O fim do comércio de escravos no Brasil foi resultado da pressão da Inglaterra, desde 1810, através de vários tratados, envolvendo os governos do Brasil e Portugal, para que tal ocorresse. Apesar da pressão, este comércio terminou somente em 1852, após medida drástica contra os traficantes de escravos nas águas brasileiras.

2.2.1 A transformação da classe trabalhadora

A partir do ano de 1870, a região Sul do Brasil passou a empregar assalariados brasileiros e imigrantes estrangeiros. Buscando não causar prejuízo aos proprietários de escravos, o governo, pressionado pela Inglaterra, foi alcançando o seu objetivo; pois em 1850 houve a extinção completa do tráfico negreiro, e em 13 de maio de 1888, a abolição da escravatura através da Lei Áurea.

Furtado (1974, *apud* Brito, 2004), cientista social, justifica o emprego de imigrantes pela dificuldade em transferir escravos de regiões estagnadas e atrasadas para regiões promissoras, pois a taxa de mortalidade era superior à sua taxa de natalidade (p. 117). Outro argumento é o fato de a população livre nativa não estar disponível para a economia cafeeira, pois, na época, existia ilimitada oferta de terras, o que favorecia um crescimento extensivo da sua economia, combinando o latifúndio com a economia de subsistência (p.120).

Franco Junior (1984, *apud* Brito, 2004) sintetiza assim seu pensamento:

“... as facilidades de acesso à terra possibilitaram a incorporação do homem livre e pobre a pequenos grupos rurais dispersos e relativamente auto-suficientes, nos quais a economia, a cultura e a sociedade se organizaram de modo a oferecer recursos que constituíam um mínimo vital, mas que foram suficientes para a persistência equilibrada desses grupos”. (p. 187).

De acordo com o cientista social Celso Furtado, a abolição da escravatura, apesar de criar um grande número de mão-de-obra livre, não a transformou em força de trabalho assalariada. Deste modo, o fazendeiro buscou a mão-de-obra do exterior (Furtado, *apud* Brito, 2004), que se tornou excedente devido ao crescimento vegetativo da população europeia e ao progresso técnico da indústria.

Entre os anos de 1902 a 1910, entraram no Brasil, pelo menos 330.000 europeus pelo porto de Santos (FALEIROS, 1980), sendo em sua maioria italianos, portugueses e espanhóis, que se dirigiram, em grande parte, para São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (LEVY, 1974, p. 74).

A relação entre produtores e imigrantes era conflituosa, pois os contratos de trabalho eram rígidos, não permitiam negociação, pois os proprietários queriam logo recuperar os investimentos feitos para trazer o imigrante da Europa. Através das Leis de Locação de Serviços, os imigrantes eram submetidos ao mesmo tipo de

exploração do escravos. A solução do problema veio com o apoio econômico e político do Estado, viabilizando a grande entrada de trabalhadores internacionais no mercado de trabalho brasileiro. Com isso, a política social do Estado oligárquico consistia no paternalismo assistencialista e no favorecimento da imigração de braços para a lavoura de café (FALEIROS, 1980).

Nesse compasso, trabalhadores escravizados e livres dividiam o mesmo espaço nas ruas, moradias e locais de trabalho das maiores cidades brasileiras, além de compartilharem valores, hábitos, vocabulário e experiências, propiciando uma organização de luta, mesmo guardando significativas diferenças em suas condições jurídicas.

Essa troca de experiência permitiu que os imigrantes, especialmente italianos (anarquistas), que traziam consigo a história do movimento operário na Europa e dos direitos trabalhistas que já tinham sido conquistados pelos trabalhadores europeus, mobilizar e organizar a classe operária no Brasil na luta pelas conquistas dos seus direitos. A partir de 1917, uma série de greves gerais eclodiu nas principais cidades do país. Mas foi a greve geral de 1917 dos operários de duas indústrias têxteis de São Paulo, que atingiu especialmente também o Rio de Janeiro que teve significativa repercussão e acabou abrangendo cerca de 50 mil trabalhadores da cidade, o que fez o governo mobilizar tropas e enviar dois navios de guerra para o porto de Santos, a fim de intimidar o movimento grevista. Estes movimentos tiveram dois resultados concretos: a lei dos acidentes do trabalho (1919) e a lei Eloy Chaves (1923), que instaurou as caixas de aposentadoria e pensões para empresas ferroviárias (FALEIROS, 2009).

Nos anos 1930 as greves foram uma constante no Brasil. As razões principais dessas greves são, principalmente, econômicas, mas aparece também, entre outras, como luta para obtenção de caixa de aposentadoria por categoria⁵ (FALEIROS, 1992).

Retomando o conceito de classe surgido no capitalismo de Marx e Engels, Mattos (p. 34) indica que os trabalhadores possuem uma auto-representação consciente sobre sua situação social, pautada em interesses comuns e oposição de interesses em relação à(s) outra(s) classe(s); logo relaciona-se à expansão das propostas socialistas.

⁵Marítimos, bancários, comerciários, industriários, transportistas.

Sendo assim, podemos argumentar que a transição para classe social, segundo Faleiros (2009) se deu pelo pacto das elites, pelas lutas dos trabalhadores urbanos, e a necessidade de articulação com a economia de exportação (em especial de café) que levaram o Estado a criar mecanismos de ação pela sua intervenção na economia e nos setores sociais, criando leis de proteção social, que vários autores assinalam como uma função capitalista e não como processo histórico.

Vejamos então a seguir quais são as várias vertentes da proteção social.

2.3 A proteção social

Conforme vimos, o trabalho nasceu de forma livre. Era praticado apenas para sua subsistência, mas na medida em que o homem foi se apropriando da natureza e transformando-a em seu benefício, o trabalho foi tomando espaço na vida do indivíduo, e com isso foi preciso criar mecanismos de proteção ao trabalhador, até mesmo pela centralidade que este ocupa na vida dos indivíduos.

Mas a proteção não pode ser vista somente sobre o trabalho, pois antes deste, o indivíduo precisa de proteção em seus vários sentidos, conforme Costa (1985, *apud* Iamamoto, 2008). A proteção social envolve múltiplas dimensões dos processos históricos, pois a vida humana não se move apenas por tensões interclassistas, sendo, a luta de classes um dentre muitos processos que a impulsionam.

No feudalismo, a proteção social se dava pela relação entre o senhor e o servo. Os servos trabalhavam enquanto os senhores feudais lhes garantiam proteção, em caso de guerras, e abrigo, no caso de calamidade. Mesmo assim, com essa suposta proteção, os camponeses não se conformavam tão facilmente com tanto trabalho e tanto tributo, por isso havia rebeliões, que infelizmente eram sufocadas de maneira violenta e cruel pelos nobres (LIBBY & PAIVA, 2005).

Mattoso (1990) afirma que “através do trabalho os negros alcançavam a segurança básica indispensável à sobrevivência” (p. 23), partindo da ideia de certos escravos conseguiam transformar aquilo que os rebaixava naquilo que os sustentava para que tivessem condições físicas e psicológicas para continuamente

articular diferentes formas de associações no sentido do protesto: as associações se justificavam para o protesto contra o sistema escravocrata, sua razão de existir.

No Brasil, a história da proteção social inicia-se no período colonial, através da Igreja. Conforme palavras da assistente social Vieira (1980):

“O advento do cristianismo transformou o conceito de caridade: todos os homens, de qualquer nacionalidade ou raça, são irmãos. Ser pobre ou doente não constitui castigo de Deus, mas consequência da imprevidência individual ou das circunstâncias; a pobreza e a doença são consideradas como provação, da qual se poderiam haurir grandes merecimentos. Ajudar o pobre recebê-lo, é meritório, pois ele representa a própria pessoa do Salvador. A caridade constituía, assim, para quem a dispensava, um meio de alcançar méritos para a vida eterna: era uma virtude” (VIEIRA, 1980, p. 30).

Também existia a ajuda mútua⁶, ajuda coletiva⁷ e ajuda aos desamparados, dada aos que não tinham ninguém por si. E vinha das mais diversas formas: esmolas, promessas, recolhimentos para velhos, enfermos, órfãos, auxílio à pobreza envergonhada⁸ e pelas Santas Casas de Misericórdias⁹ ou Irmandades da Misericórdia. As Santas Casas de Misericórdia foram criadas pelo padre José de Anchieta para exercer a caridade onde quer que houvesse dor moral ou física a mitigar, tendo como base principal o evangelho. A primeira Santa Casa foi fundada em Santos no ano de 1522 e a segunda no Rio de Janeiro, em 1582, quando a armada espanhola aportou com vários doentes a bordo.

Da simples beneficência moral e religiosa a assistência pública demorou aproximadamente quase três séculos, pois a primeira manifestação normativa sobre proteção social surgiu na *Constituição Política do Império do Brasil de 1824*, inscrita no art. 174 nos incisos XXIV e XXXI, conforme a seguir:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.

XXIV. Nenhum genero de trabalho, de cultura, industria, ou commercio póde ser prohibido, uma vez que não se opponha aos costumes publicos, á segurança, e saude dos Cidadãos.

⁶ Idéia herdada de Portugal, conhecida entre outros nomes como mutirão.

⁷ Apresentava característica o que hoje chamamos de comunitário

⁸ Este tipo de ajuda surgiu declínio da escravidão e famílias antes abastadas não mais puderam manter-se em suas fazendas.

⁹ VIEIRA, Balbina Ottoni (1980, p. 136). Santas Casas de Misericórdia do Rio de Janeiro e Santos.

XXXI. A Constituição também garante os socorros públicos. (BRASIL, 1824).¹⁰

Segundo o procurador Alvim (2002, *apud* PEREIRA, 2004) estas inserções de proteção social na Constituição de 1824, na prática, não tiveram maiores consequências. Sendo apenas um reflexo do preceito semelhante contido na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1793, cujo artigo 23, qualificava estes “socorros públicos” como “dívida sagrada”.

Podemos observar que esta Constituição, segundo o procurador Alvim, (2002, *apud* PEREIRA, 2004), seguia os traços dos liberais da época, onde os direitos fundamentais restringiam-se as liberdades públicas que não exigiam prestações positivas por parte do Estado e ressalta que este estágio não destoava no restante do mundo.

Em 1888, surge a primeira lei de conteúdo previdenciário, que prevê a criação de uma Caixa de Socorros para os trabalhadores das estradas de ferro de propriedade do Estado. No ano seguinte criaram normas que estabeleciam seguros sociais obrigatórios para os empregados dos correios, das oficinas da Imprensa Régia e o montepio dos empregados do Ministério da Fazenda.

É importante trazeremos esses fatos para sabermos o quanto andou em passos lentos a proteção social, pois da desobrigação do Estado, em 1793, a primeira medida, em 1888, de cunho previdenciário, e que vemos como origem da previdência que conhecemos hoje.

Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, timidamente foram inseridos dois artigos que apresentavam disposições constitucionais acerca da proteção social, descritos nos artigos 5º e 75º, a saber:

Art 5º - Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar.

Art 75 - A aposentadoria só poderá ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação. (BRASIL, 1891)

¹⁰ Conforme grafia da época

Constata-se no artigo 75, a inauguração da proteção social vinculada a uma categoria de trabalhadores, assegurando uma das principais prestações concedidas pela previdência social até hoje, a aposentadoria, que pelas mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas na sociedade, ao longo do tempo, a deixou de representar apenas um período pós-trabalho e passou a dar outros significados a vida do trabalhador, que serão mostrados detalhadamente em outro capítulo.

Vimos assim, o início legislativo da proteção social do trabalhador, sendo a partir desta Constituição de 1891 a propagação de legislação previdenciária e outras que vieram dar proteção ao trabalhador, como por exemplo o Decreto Legislativo nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, tratando da proteção aos acidentes do trabalho, considerado para alguns estudiosos o marco da previdência social. E ainda citamos a OIT (Organização Internacional do Trabalho), criada no mesmo ano, cuja finalidade é atuar em todos os países fixando princípios programáticos ou regras imperativas de determinado ramo do conhecimento humano, sobretudo sobre o Direito ao Trabalho e na Previdência Social, que segundo Pereira (2004, p.) é de extraordinária importância sua contribuição a uniformização e aperfeiçoamento das legislações nacionais.

Veremos a seguir as características da Previdência Social no Brasil, a qual sofreu mudanças significativas em sua conceituação e estruturação.

2.3.1 A previdência social no Brasil

A previdência social teve sua origem na Alemanha, pela iniciativa do chanceler Otto Von Bismarck, em 1883, que ao acatar uma reivindicação dos trabalhadores urbanos, criou medidas de proteção social, editando então a Lei de Seguros Sociais. Apesar desta aceitação ser considerada política por gerar repercussão positiva para seu partido, que naquele momento estava em baixa, a situação de desproteção existia e os trabalhadores se beneficiaram com tais medidas (LEITE, 1983, p. 17).

A primeira iniciativa brasileira em relação à Previdência Social foi no século XVIII, com o montepio¹¹ para as famílias dos oficiais da Marinha, pelo Alvará de 23 de setembro de 1795, estabelecendo uma contribuição mensal equivalente a um dia de soldo do militar ativo, entre outros benefícios, para garantir, quando de sua morte, pensão para a família no valor da metade do soldo sobre o qual contribuía. A reforma se dava, geralmente, por invalidez e era custeada integralmente pelo Tesouro Nacional, conforme o jurista Demo (2009, p. 40).

Temos ainda como , na regência de Dom Pedro I (1821 – 1822), um Decreto real de 1º de outubro de 1821, que concedia aposentadoria aos professores régios, com 30 anos de serviço, denominada de jubilação. E para aqueles que optassem por permanecer no trabalho receberiam um abono de 25% do salário em seu pagamento. Estas iniciativas ilustram o quanto o Brasil engatinhou nas tomadas de decisão coletiva. Os direitos trabalhistas dos brasileiros vieram paulatinamente através de lutas e ou pela existência de situações sociais fatídicas que exigiam intervenção estatal, conforme diz o jurista Pereira (2004):

“... os principais marcos de evolução da proteção social no mundo demonstram sua íntima ligação com condições fáticas perturbadoras do bem-estar social. É fácil notar que todos os grandes marcos evolutivos da cadeia histórica da proteção social vieram precedidos de enormes conturbações sociais, que culminaram, em maior ou menor intensidade, na alteração da postura do Estado em relação a condução das políticas públicas. (p. 3).

Na República, entre 1888 e 1892, surgiram planos previdenciários para os funcionários do Ministério da Fazenda, funcionários civis do Ministério da Guerra e operários efetivos do Arsenal da Marinha da Capital Federal, além do Fundo de Pensões do Pessoal das Oficinas da Imprensa Nacional. Em 1890, também foi promulgado um decreto sobre aposentadoria para os funcionários das Estradas de Ferro Central do Brasil, logo estendida a todos os empregados de estradas de ferro¹².

¹¹ Seguro de vida instituído pelo Estado ou por alguma associação, em virtude do qual aquele, ou esta, se obriga a dar à família do contribuinte certa pensão mensal.

¹² A primeira CAP (Caixa de Aposentadoria e Pensões) instituída foi a dos ferroviários, o que pode ser explicado pela importância que este setor desempenhava na economia do país naquela época e pela capacidade de mobilização da categoria.

Como podemos ver, as primeiras instituições previdenciárias surgiram para os funcionários públicos e militares. Segundo Silva (2002, p. 11), alguns elementos estruturais, de cunho econômico e político, explicam a origem destas instituições previdenciárias. Neste período, economicamente, o país estava imerso em uma estratégia de desenvolvimento primário – exportadora - que demandava o fortalecimento do Estado em quatro áreas fundamentais de atuação:

“... (i) justiça e policiamento interno, visando à manutenção da legalidade e do *status quo*; (ii) defesa contra agressões externas, com a constituição de um exército para garantir a soberania do país; (iii) relações diplomáticas, objetivando a administração da inserção do país no cenário político internacional; e (iv) fazenda, que tinha como objetivo a cunhagem da moeda, o controle das reservas para adequação ao padrão-ouro, a arrecadação de impostos e o controle dos gastos” (SILVA, 2000, p. 11).

As primeiras categorias contempladas com a instituição de sistemas de proteção social foram justamente aquelas que garantiam a base de formação do Estado, com o fortalecimento do poder militar e, em certa medida, do poder burocrático, responsável por administrar as funções clássicas de fazenda, diplomacia e justiça.

Segundo o autor, a partir de 1890, a criação das CAPs (Caixas de Aposentadorias e Pensões) para os empregados do setor ferroviário, correios, telégrafos, marítimos, portuários é explicada por sua importância crucial para o escoamento dos produtos primários e para a integração nacional. No mesmo sentido, foram criadas caixas de previdência para os portuários, marítimos, funcionários de empresas de telégrafos, companhias de telefone e outros trabalhadores ligados à infraestrutura de transporte e energia.

Oficialmente a previdência social no Brasil foi inaugurada com a Lei Eloy Chaves¹³, em 24 de janeiro de 1923, com a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de cada empresa ferroviária, sendo esta data posteriormente considerada o Dia da Previdência Social. Segundo Faleiros (2004, p. 131), esta lei teve fins eleitoreiros, pelos funcionários da Companhia residirem em seu reduto eleitoral (Jundiaí e Itatiba) e por atender às oligarquias ao garantir a exportação do café.

13 Eloy Chaves, deputado paulista, autor do projeto da Caixa.

A partir desta lei foram instituídas as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), como sistema de proteção social no interior das empresas e parte dos esforços reformadores do Estado para responder as pressões das novas forças sociais urbanas (Iamamoto, 2004, p.131). Os trabalhadores passaram a contar com assistência médica, aposentadoria-doença, assim como pensão para os familiares em caso de morte do segurado. O sistema das CAPs era circunscrito a cada empresa, sendo financiado pelas contribuições dos empregados (3% do salário), do empregador e do Estado. Os empregados e o empregador, em número equivalente de representantes, administravam o fundo das pensões.

Apesar da Lei Eloy Chaves ser de 1923, a primeira concessão de direito a aposentadoria, no Brasil, é datada precisamente de 1890, vinte anos antes da Lei Elói Chaves. O Ministério da Função Pública concedeu aos trabalhadores das estradas de ferro federais o direito à aposentadoria. Nos anos que se seguiram, outros funcionários públicos adquiriram esse direito: trabalhadores do Ministério das Finanças (1881), da Marinha (1892), da Casa da Moeda (1911), e do Porto do Rio de Janeiro (1912). Percebe-se que essas concessões de direitos impulsionaram a criação da primeira lei da previdência.

Outra particularidade refere-se ao fato de que as caixas deveriam ser organizadas por empresas e não por categorias profissionais. E também a criação de uma CAP não era automática, dependia do poder de mobilização e organização dos trabalhadores de determinada empresa para reivindicar a sua criação.

Com a proliferação do regime de Caixa por empresas, criaram-se pequenos regimes de Previdência que tinham por inconveniente o número mínimo de segurados indispensáveis ao funcionamento em bases securitárias. Sem contar o grande número de trabalhadores que permaneciam à margem da proteção previdenciária, por não ocuparem postos de trabalhos em empresas protegidas, e também pela abrangência nacional.

O Regime de Caixa evoluiu tanto que chegaram a existir 183 caixas, entre as décadas de 1920 e 1930, e com elas também os problemas. Registra-se nesta década a primeira crise no sistema financeiro e administrativo da previdência, em pleno governo de Getúlio Vargas.

Em virtude do grande número de fraudes, corrupção e perda financeira, o presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto nº 1954, suspendeu, por seis meses,

todas as aposentadorias em vigor. Vargas começou então, uma reestruturação do sistema, que passou a incorporar praticamente todas as categorias de trabalhadores urbanos. Foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e com isso a Previdência Social passou a merecer maior atenção por parte do Estado. Como o pequeno número de segurados proporcionava recursos insuficientes para o funcionamento das caixas em moldes estáveis, foi necessário imprimir uma mudança de orientação ao sistema (STEPHANES, 1998).

Começou então uma nova fase, em que a vinculação passou a ser feita pela categoria profissional. Foram criados os IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões) e a cobertura previdenciária estendida à virtual totalidade dos trabalhadores urbanos e a boa parte dos trabalhadores autônomos. O Estado, que até então se mantivera afastado da administração dos sistemas, assumiu mais estreitamente a gestão das novas instituições. Esta mudança se deu pela reforma burocrática, que veio após um período de controle das oligarquias que dominavam a estrutura governamental.

Os IAPs, além de prover aposentadorias e pensões, garantiam a prestação de assistência médica para seus filiados e dependentes. Para isso mantinham hospitais e ambulatórios próprios, mas também contratavam serviços de estabelecimentos de saúde privados, fossem eles lucrativos ou filantrópicos.

Ainda com a previdência incompleta, que excluía os trabalhadores rurais e os do setor informal e não protegia muitos assalariados do próprio mercado formal urbano, por estes não exercerem profissão nos ramos de atividade contemplados pelos institutos, entrou então em vigor a LOPS (Lei Orgânica da Previdência Social), que tramitou durante 14 anos no Congresso Nacional. Com a criação do INPS (Instituto Nacional da Previdência Social) em 21 de novembro de 1966, reuniu-se em uma mesma estrutura seis Institutos de Aposentadorias e Pensões até então existentes, dando fim a diversificação de amparo legislativo dos trabalhadores, conforme mostra Russonamo: “A Lei Orgânica de 1960 marca o definitivo abandono das soluções diversificadas e da legislação esparsa, excessivamente abundante e algumas vezes contraditória” (RUSSOMANO, 1983, p. 39).

Na década de 1970, foi criado o Ministério da Previdência Social e Assistência Social, com atribuições de responder pelas políticas de previdência, de assistência social e de saúde. Em 1990, são feitas algumas reformas e fusões e o

Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) passa a ser o órgão regulador da Previdência Social. Segundo Giambiagi e Além (2000), a ideia de seguro social faz com que a população brasileira veja a previdência como um fator de estabilidade no país. Esta preocupação em garantir uma renda para a população, inclusive para os funcionários públicos, e as mudanças necessárias não realizadas, em função do aumento da expectativa de vida e a redução de fecundidade, a fim de contrabalancear os gastos públicos, vêm gerando grandes déficits nas contas do governo devido ao regime previdenciário adotado no Brasil, o regime de repartição¹⁴.

Foi nesse cenário que se iniciou a jornada de mudanças que culminou com a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, que inaugurou um período de clara reação ao nepotismo e ao autoritarismo militar e que trouxe grandes mudanças para a administração pública, e elegendo o Regime Jurídico Único, que estabelece a exigência de concurso público para todos os cargos, e mudanças nas regras para aposentadoria.

Após esta amostragem, podemos dizer que no Brasil funcionam dois sistemas de previdência, o estatal e o privado. Na previdência estatal, obrigatória para todos os trabalhadores, que funciona em dois regimes: o RGPS (Regime Geral de Previdência Social), operado pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) para os trabalhadores da iniciativa privada e os funcionários públicos não concursados e os regimes especiais, para servidores públicos concursados. E o Regime de Previdência dos Servidores Públicos, também compulsório, com teto e subteto definidos pela Emenda Constitucional nº 41/2003. A seguir abriremos um espaço específico para este regime, pelo motivo do mesmo fazer parte do objeto de estudo.

A previdência privada administra a Previdência Complementar, que é voluntária e possui arranjos variados, destacando-se os fundos patrocinados por empregados e a previdência complementar associativa, e constitui-se num complemento ao benefício do RGPS/INSS.

A Constituição de 1988 foi o grande mote para o aumento de proteção social a vários grupos, sendo um deles os aposentados, com a equiparação do salário mínimo entre a população urbana e rural; redução em cinco anos do direito de aposentadoria para os trabalhadores rurais; piso de um salário mínimo para os

¹⁴ Este regime funciona como um orçamento anual em que trabalhadores e empregadores, com suas contribuições, funcionam as aposentadorias dos trabalhadores inativos.

benefícios de prestação continuada; instituição de renda mensal vitalícia para idosos a partir dos 70 anos e portadores de deficiência, desprovidos de renda, no valor de um salário mínimo; recálculo dos benefícios com base no número de salários mínimos; incorporação de cerca de 400.000 celetistas ao Regime Jurídico Único dos servidores públicos que passaram a ter direito à aposentadoria integral sem contribuição prévia (a aposentadoria dos servidores ocorreria com o valor da última remuneração); índices de reajustes, benefícios ou vantagens concedidos aos servidores ativos também concedidos aos servidores inativos. Segundo Giambiagi e Além (2000, p. 274), no Brasil o problema se tornou mais crítico do que em outros países em função das regras serem mais benevolentes, fazendo com que qualquer medida tomada que cause descontentamento tenha reações intensas dos beneficiários.

2.3.2 A previdência social dos servidores públicos federais

A previdência social dos servidores públicos federais, conforme visto, faz parte da história do nascimento da previdência social no Brasil. Mas antes de tratar sobre este assunto, nos cabe trazer, brevemente, a noção do trabalho do servidor público, tendo em vista este ser o público-alvo desta pesquisa.

Durante os séculos XVIII e XIX, o Estado mostrava-se numa estrutura política permeada pelo patrimonialismo, onde o administrativo o aparelho o opera como um apêndice do poder do monarca que, respaldado pela tradição, exerce a plenitude de suas vontades pessoais. Neste sentido, não há dissociação entre o patrimônio público e o privado. A administração do Estado e toda riqueza do país é uma extensão da propriedade do soberano. Os cargos são considerados doações e, em geral, são vitalícios, sendo a remuneração da atividade automaticamente convertida em proventos da inatividade. O termo “servidor” decorre justamente da relação que os funcionários tinham com o soberano. O servidor é muito mais do que um trabalhador, porque ele dedica a sua vida ao Estado e, portanto, ao soberano. Em contrapartida, ele recebe a proteção do Estado quando chega à inatividade.

Diferentemente do que temos hoje, o servidor ingressava no funcionalismo público por meio daquilo que oferecia ao Estado – bens e favores, e não por seleção pública.

O termo servidor público empregado nesse estudo é referente aos ocupantes de cargo público, sob regência do Regime Jurídico Único (RJU), que trabalha para a administração pública em caráter profissional, não eventual, sob vínculo de subordinação e dependência, recebendo remuneração paga diretamente pelos cofres públicos (DALLARI, 1989), definido na Emenda Constitucional nº 19, de 1998. Segundo Di Pietro (2007), o conceito de servidor público compreende três grupos distintos: servidores estatutários, empregados públicos (celetistas) e os servidores temporários (contratados). Nessa pesquisa, trataremos apenas da previdência de servidores estatutários, regidos pelo RJU.

O trabalho dos servidores é desenvolvido por pessoas que exercem funções administrativas, serviços braçais, trabalhos técnicos de pequena, média ou de grande complexidade, etc.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 ampliou a noção de servidor, conferindo a todos os ocupantes de cargos públicos a estabilidade e instituindo o concurso público e o princípio de mérito na organização de pessoal. Essas mudanças implicaram modificações no arcabouço administrativo brasileiro, completado com a criação do DASP (Departamento Administrativo de Serviço Público), já sob o regime da Carta de 1937 (Estado Novo). Não obstante, a estrutura administrativa permaneceu híbrida, dada a prática de contratação sem concurso público para funções temporárias de interinos e extranumerários. Apesar da criação do DASP, o primeiro Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União data de 1952, vigorando até 1990, quando foi publicada a Lei nº 8112 que adotou o Regime Jurídico Único, que detalharemos mais adiante. No Estatuto a aposentadoria tinha como requisito, apenas o tempo de serviço, 35 anos, quando a pedido, aos 70 anos, pela compulsoriedade e por invalidez.

Com a intenção de modernizar o aparato burocrático da administração pública, foi instituído o Decreto-Lei nº 200, pela Reforma Administrativa de 1967, que em sua essência tinha uma tentativa de superação da rigidez burocrática anteriormente aplicada. Muitos estudiosos consideram este momento como o primeiro que se tentou implantar uma administração gerencial no Brasil. No entanto

seu objetivo não foi alcançado, pois facultou o ingresso sem concurso de especialistas em instituições de pesquisa e órgãos especializados, mantendo a dualidade do sistema. Os servidores que exerciam carreiras exclusivas de Estado foram mantidos no sistema de aposentadorias e pensões pagas pelo Tesouro Nacional, os demais passaram a ser atendidos pelo antigo Instituto Nacional de Previdência Privada.

Muito embora não se possa negar a expansão da administração pública implantada pelo Decreto-Lei nº 200, este documento teve duas consequências inesperadas e indesejáveis: de um lado, permitiu a contratação de servidores sem concurso público, facilitando a sobrevivência de práticas paternalistas e nepotistas; de outro, não se preocupou com mudanças na estrutura da administração direta ou central, não conferindo a devida importância para as carreiras de altos administradores, bem como deixando de considerar os funcionários públicos como profissionais engajados no mercado de trabalho. Com esta prática, como seria previsível, a reforma administrativa embutida no Decreto-Lei nº 200 ficou pela metade e acabou por fracassar. Apesar do seu insucesso não podemos deixar de reconhecer o seu valor como iniciativa de implantação de uma administração moderna, conseqüentemente com implicações na previdência social.

O RJU entre outros cumprimentos instituiu o Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família que, entre outros aspectos previdenciário, garantiu a aposentadoria, com algumas mudanças, como por exemplo a contribuição dos servidores para a previdência, somente efetivada em outubro de 1994. Porém, a significativa mudança para os servidores, em relação a aposentadoria, veio com a Emenda Constitucional 41/2003, que institui tempo de serviço e idade para se aposentar, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – regras para a aposentadoria

REGRA	LEI	MODALIDADE/ FUNDAMENTO GERAL	POSSIBILIDADE DE ABONO DE PERMANÊNCIA	REQUISITOS		EFEITO FINANCEIRO	PARIDADE
REGRA DE DIREITO ADQUIRIDO	ANTERIOR À EC 20/98 ATÉ 16.12.98	INTEGRAL Art. 40, III, a da CF/88 (redação original) c/c Art. 3º da EC 41/03 Art. 40, III, b (magistério) da CF/88 (redação original) c/c Art. 3º da EC 41/03	SIM - Art.. 3º § 1º EC 41/2003	H - 35 anos de tempo de serviço M - 30 anos de tempo de serviço H - 30 anos de efetivo exercício em magistério M - 25 anos de efetivo exercício em magistério		INTEGRAL INDEPENDENTE DA IDADE	TOTAL
		PROPORCIONAL Art. 40, III, c da CF/88 (redação original) c/c Art. 3º da EC 41/03 Art. 40, III, d da CF/88 (redação original) c/c Art. 3º da EC 41/03		H - 30 anos de tempo de serviço M - 25 anos de tempo de serviço H - 65 anos de idade M - 60 anos de idade		PROPORCIONAL AO TEMPO TRABALHADO	
REGRA GERAL	VIGÊNCIA DA EC 20/98 A PARTIR DE 16.12.98 ATÉ 31.12.2003	INTEGRAL Art. 40, § 1º, III, a da CF/88 (redação EC20/98) c/c Art. 3º da EC 41/03	SIM - Art.. 3º § 1º EC 41/2003	H - 60 idade, 35 anos de tempo de contribuição M - 55 idade, 30 anos de tempo de contribuição	10 anos no Serviço Público e 5 anos no cargo	DIREITO ADQUIRIDO. ÚLTIMA REMUNERAÇÃO	TOTAL

Fonte: www.ibge.gov.br. Disponível em 10/09/12.

Este quadro mostra as principais mudanças no regime previdenciário do servidor público, como a idade mínima para a aposentadoria e o recebimento de abono permanência. Dois critérios elencados para escolha dos participantes da pesquisa.

Por fim, cabe informar que existe ainda a previdência militar, classificada também como encargo do Estado. Os militares nunca contribuíram para sua aposentadoria e também não possuem lei de previdência social.

No próximo capítulo estudaremos os efeitos sociais e psíquicos da aposentadoria no sujeito aposentável e aposentado.

3. UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA SOBRE A APOSENTADORIA

Nesse capítulo recorreremos à obra de Freud, especialmente a três textos intitulados: “Sobre a transitoriedade” (1916), “Luto e melancolia” (1917 [1915]) e “Mal-estar na cultura” (1930). Tomaremos também algumas citações da obra da psicanalista Angela Mucida, intitulada, “O sujeito não envelhece” (2000), na expectativa de encontrar algumas respostas sobre os abalos gerados pela aposentadoria.

Esse estudo se propõe a investigar quais seriam as possíveis consequências diante da perda desse laço social fundamental que é o trabalho. Sabe-se que a importância do laço social criado via trabalho advém do princípio de que nenhuma outra categoria de condução da vida mantém o sujeito preso à realidade como a insistência do trabalho, dando um norte ao sujeito, oferecendo ferramentas para organizar sua vida e interagir com outras pessoas, dentro de uma comunidade. Sendo assim, interrogamos: o que poderia advir em consequência da saída do trabalho?

Antes de tentar responder a essa questão vale lembrar que o estudo sobre a civilização rendeu a Freud um vasto conhecimento teórico no qual assentaria a psicanálise. Juntamente com uma investigação sobre o homem na sua singularidade, construiu uma ponte teórica entre o ser humano e a civilização, permitindo identificar uma forte relação causal entre o sofrimento neurótico do ser humano e o próprio processo civilizatório em que o mesmo está imerso, e sua conexão com a estruturação psíquica do sujeito, através do conflito irremediável entre as exigências da pulsão¹⁵ do ser humano e as restrições impostas pela civilização. A civilização é descrita por Freud (1930) como:

“...a soma total de realizações e disposições pelas quais a nossa vida se afasta da de nossos antepassados animais, sendo que tais realizações e disposições servem a dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação das relações dos homens entre si.

¹⁵ Dicionário de Psicanálise, 1995. Na teoria analítica, energia fundamental do sujeito, força necessária ao seu funcionamento, exercida em sua maior profundidade.

Para entender mais, buscaremos um por um os traços da cultura, tal como se mostram nas comunidades humanas.” (2010, p. 87).

A pesquisa da constituição do trabalho em diversas sociedades nos auxilia a perceber que a sua importância vem por laços invisíveis, constituídos pela rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras que formam a comunidade humana (ELIAS, 1994, p. 22). Isso capacita o homem a transformar, pelo conhecimento da natureza, o trabalho em artefatos e símbolos, cujo uso transcende a necessidade de sobrevivência imediata (MUMFORD, 1956, p. 11).

Na visão de Freud (1930), o trabalho é o lugar que permite ao homem viver seguramente numa parte da realidade. A convivência do trabalho possibilita o deslocamento de uma

”...quantidade considerável carga de componentes libidinais, sejam eles, narcísicos, agressivos e mesmo eróticos para o trabalho profissional e para as relações humanas ligadas a ele, confere-lhes um valor que não fica atrás da sua indispensabilidade para sustentar e justificar a existência em sociedade” (p.70).

Para Freud, o que facultava condições de vida ao ser humano é a capacidade de amar e trabalhar. Pela convivência dos seres humanos, o homem se submeteu ao trabalho, pela necessidade externa, e pelo amor, que pelo lado do homem, queria usufruir da companhia da mulher como objeto sexual, por outro lado a mulher não queria se afastar dos filhos, um fragmento que se desprendeu dela. Esses são os dois eixos que explicam a existência humana, representados pela figura de Eros e de *Ananké*, que representam respectivamente o amor e a necessidade.

Sabe-se que muitas pessoas organizam a vida social conforme a vida profissional, e muitas vezes a relação de convívio com grupo de trabalho acontece também fora da empresa, podendo ainda haver identificação através da categoria social de trabalho. Atrás desta categoria existe um sujeito, que ao longo de toda sua vida profissional pode ter ficado “escondido” para outras atividades, (MUCIDA, 2000, p.30) pois parte de seu objeto de investimento psíquico, que toma uma parcela significativa do tempo na vida adulta, encontra-se atrelada à atividade profissional.

Freud alerta sobre a necessidade do homem se inscrever num funcionamento social, mediado por regras de convivência e produtor de cultura. Sem esse funcionamento a raça humana não sobreviveria. Por essa razão, o homem abriu mão de satisfações pulsionais, imediatas, a favor da sobrevivência de sua espécie. Ao fazê-lo, imprimiu a si mesmo inevitável sofrimento. Para Freud, o mal-estar, constitutivo do ser humano, é gerado por três fontes de sofrimento: a fragilidade dos corpos, o poder superior da natureza e o relacionamento com os homens (1930, p. 11). Ressaltaremos, mais adiante, as três fontes de sofrimento humano na tentativa de verificar uma possível correlação entre estas e a aposentadoria. Por hora, seguiremos com breves comentários sobre outro importante texto de Freud, publicado em 1916, a saber, “Sobre a transitoriedade”.

3.1 A transitoriedade

Transitoriedade é uma palavra que recai sobre seu significado, tudo aquilo que é transitório, indicando brevidade; ou seja, o que tem certa periodicidade. Freud em seu texto, publicado em 1916, faz uso desta palavra, de maneira muito poética e aborda a transitoriedade, indo além dos fatos e vivências do cotidiano dentro de uma periodicidade. Através desta palavra amplia os questionamentos que visam uma compreensão cada vez maior do grande enigma que se propôs a desvendar: o funcionamento psíquico do ser humano.

Nesse texto, Freud conta que num dia de verão saiu para uma caminhada em companhia de um amigo e de um jovem poeta. O poeta admirava a beleza do cenário, mas não extraía disso qualquer alegria. Perturbava-o o pensamento de que toda aquela beleza estava fadada à extinção, desapareceria quando viesse o inverno, como toda a beleza humana e toda a beleza que os homens criam. Tudo aquilo pareceu-lhe despojado de seu valor por estar fadado a transitoriedade. Freud observa que a propensão de tudo que é belo e perfeito à decadência pode dar margem a dois impulsos diferentes: levar ao penoso desalento sentido pelo jovem poeta; conduzir à rebelião contra o fato consumado. Mas, não é possível reivindicar que toda a beleza da Natureza e da Arte, não se desfaça. A beleza não será capaz

de escapar a todos os poderes de destruição. Não se pode reivindicar essa imortalidade.

Para Freud a transitoriedade do que é belo não implica em uma perda de seu valor, mas, ao contrário, em um aumento do seu valor. O valor da transitoriedade é o valor da escassez no tempo. A restrição na possibilidade do gozo o torna mais apreciável.

Freud declara que era incompreensível que o pensamento sobre a transitoriedade da beleza interferisse na alegria que dela derivamos. Quanto à beleza da Natureza, diz que cada vez que é destruída pelo inverno, retorna no ano seguinte (de modo que em relação à duração de nossas vidas, ela pode ser considerada eterna). Quanto à beleza da forma e da face humana, observa que ela desaparece para sempre no decorrer de nossas próprias vidas (sua evanescência, porém, apenas lhes empresta renovado encanto). Quanto à beleza de uma flor, sublinha que ela dura apenas uma noite, mas nem por isso parece menos bela. Quanto à beleza de uma obra de arte ou de uma produção intelectual, ressalta que estas não perdem o seu valor devido à sua limitação temporal. Freud antevê que talvez chegasse o dia em que quadros e estátuas ficariam reduzidos a pó. Contudo, ressalta que o valor de toda essa beleza e perfeição é determinado somente por sua significação para a nossa própria vida, não precisa sobreviver a nós (ter duração absoluta). Freud observa que a ideia de que toda essa beleza é transitória traz uma antecipação do luto pela morte dessa beleza, pela perda de algo que amamos ou admiramos.

Ainda em “Sobre a transitoriedade”, Freud (1916[1915]) indaga por que é tão penosa a retirada da libido dos objetos perdidos. Sua observação o conduz a considerar que a libido se apega a seus objetos e não renuncia àqueles que foram perdidos, mesmo quando um substituto já lhes acena. Ou seja, há uma grande dificuldade no abandono de uma posição libidinal, o que explica o tempo bastante variável para realizar um trabalho de luto.

Mas, Freud explica que pela capacidade que todos nós possuímos para o amor, a qual denominamos de libido, nos permite que os objetos perdidos, destruídos, sejam substituídos, a partir da vivência do luto, nossa libido se liberta para novos objetos. Essa liberação tem início quando dirigida para o próprio eu, mais tarde se volta aos objetos que incorporamos a nosso eu. Se os objetos são

destruídos ou se os perdemos, nossa capacidade de amor (libido) fica de novo livre e pode tomar outros objetos como substitutos ou voltar temporariamente ao eu. Mas, por que este esvaziamento da libido de seus objetos haveria de ser um processo doloroso? Porque, segundo Freud, a libido se apega aos seus objetos e não quer abandoná-los, mesmo que o substituto já esteja aguardando. Isso, então, é o luto.

É interessante notar que a conversa de Freud com o poeta aconteceu no verão anterior à guerra. Um ano depois a guerra destruiu a beleza dos campos, das obras de arte e mostrou-nos quão eram efêmeras as inúmeras coisas que considerávamos imutáveis. Freud chama atenção para o fato de que a libido (privada de tantos objetos) se apegou ao que nos sobrou: o amor pela pátria, a afeição pelos que se achavam perto de nós, o orgulho pelo que nos era comum se tornou mais vigoroso.

Freud se interroga: será que aqueles bens que perdemos deixaram de ter valor por se revelarem perecíveis? Para Freud aqueles que pensam assim e parecem prontos a aceitar uma renúncia permanente porque o que era precioso revelou não ser duradouro, encontram-se simplesmente num estado de luto pelo que se perdeu. Mas, o luto, por mais doloroso, chega a um fim espontâneo. Freud observa que quando o luto tiver terminado, o homem reconstruirá tudo o que a guerra destruiu, e talvez em terreno mais firme e de forma mais duradoura.

O período de 1914 a 1917, caracterizado pela I Guerra Mundial, foi de grande significado para Freud, pois foi um período marcado por sofrimento e preocupação, tanto no aspecto pessoal, como no profissional. Pessoalmente ele padecia com a situação dos filhos Martin, Oliver e Ernest que se apresentaram ao Exército. Martin e Ernest combatiam na frente. O filho mais velho Martin, sofreu um ferimento leve no braço; seu genro Max, marido de Sophie, foi ferido gravemente e ficou inválido. Na noite de 8 para 9 de julho de 1915, a angustia de Freud aparece num sonho que tinha conteúdo manifesto “muito nitidamente a morte de seus filhos. Martin em primeiro lugar”, (GAY, 1989). Profissionalmente, Freud foi afetado pela interrupção dos congressos psicanalíticos, as publicações e as reuniões científicas da sociedade. Nesse período marcado por perdas, Freud escreveu e publicou, entre outros, esse belíssimo texto “Sobre a transitoriedade”, no qual aborda o sentimento de desamparo motivado pela experiência de perda, e traz uma reflexão poética e psicanalítica sobre a fugacidade das cores e dos seres apresentando o tema

transitoriedade como passagem, mudança, renovação, esperança e a clara presença da temporalidade e finitude, representadas pelo sentimento de perdas, destruição e morte. Por essas abordagens, trazemos o tema aposentadoria, que pelas vozes e expressões dos participantes da pesquisa, e pelas leituras especializadas, a aposentadoria se apresenta como algo “desconhecido”, que desperta inseguranças e incertezas na condição de aposentado e retratam o que esse evento é capaz de trazer de alteração, nos fatores psicológico, social e financeiro, fazendo emergir sentimentos antes não experimentados.

Freud escreveu “Sobre a transitoriedade” com um olhar sobre a Primeira Guerra Mundial, não foi por acaso que ele ressaltou a importância do luto vivido em relação ao que foi perdido. Na aposentadoria, muitas vezes, conforme verificado nas entrevistas com os servidores, o luto se presentifica pela perda: dos laços sociais, da produtividade, da criatividade, da atividade intelectual, da atividade física. Mas, é claro que a aposentadoria é vivida de forma singular por cada sujeito. Enquanto alguns vivem esse luto decorrente dessas perdas, outros chegam até a ansiar pela chegada da aposentadoria, pelo fim da vida laboral, encarando-a como se fosse um prêmio. Essa vivência oposta, é retratada no texto, quando Freud diz que a limitação da possibilidade de uma fruição, referindo-se a uma flor que, por durar apenas uma noite, não deixava de ser bela. Ele comenta que, enquanto a transitoriedade diminui a beleza da flor para uns, para outros, esta seria ainda mais apreciada. Diante disso podemos então pensar que o luto seria decorrente da aposentadoria patológica?

3.2 O luto

Nesse subcapítulo pretendo contextualizar o tema "aposentadoria" com um famoso texto de Freud intitulado "Luto e melancolia" (1917 [1015]), na expectativa de verificar se há algo de patológico no luto que se presentifica em muitos aposentados.

Vimos que a aposentadoria é marcada por perdas: da juventude, da capacidade de produção, do trabalho, da criação, dos laços sociais vinculados ao trabalho. As perdas advindas da aposentadoria geram um luto que exigem do sujeito transformações, flexibilizações, deslocamentos libidinais: um deslocamento de libido do objeto trabalho para um outro objeto.

Mas, esse luto é patológico? Segundo Freud, o luto é a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido como: país, a liberdade ou um ideal. E apesar de *"envolver graves afastamentos daquilo que contribui a atitude normal para com a vida, jamais nos ocorre considerá-lo como sendo uma condição patológica"* (p. 249). Com isso, não deve ser submetido a tratamento, será superado com o tempo. No luto observa-se: desânimo, falta de interesse pelo mundo exterior, perda da capacidade de amar, inibição da produtividade, auto-recriminações, auto-denegrições.

O trabalho do luto consiste no seguinte: o exame da realidade revelou que o objeto amado não existe mais, exige que toda a libido seja retirada de suas ligações com esse objeto, mas o homem nunca abandona de bom grado uma posição libidinal, nem mesmo quando um substituto lhe acena, essa relutância pode produzir um estranhamento da realidade e uma retenção do objeto por via de uma psicose alucinatória de desejo. O normal é que prevaleça o acatamento à realidade, ainda que suas ordens sejam executadas pouco a pouco, com um grande gasto de tempo e energia de investimento. Contudo, a existência do objeto perdido continua no psíquico (lembranças). Esse penoso desprazer é natural. Uma vez cumprido o trabalho de luto o eu se torna outra vez livre e desinibido.

Verifica-se assim, que o luto é uma reação normal de desinvestimento libidinal de objetos significativos, que faz parte da vida cotidiana dos sujeitos; ele acompanha os momentos de perdas, separações. Ao mudar de residência, ao deixar a infância para entrar no mundo adulto, ao perder um trabalho, uma pessoa querida, poderemos ser tomados pelo luto.

É na vivência do luto, apesar da penosidade, que o eu fica livre e desinibido para outros objetos. E isso se dá quando o teste da realidade nos revela que o objeto amado não existe mais, passando a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto. Essa exigência provoca uma oposição compreensível, pois sabemos que ninguém deixa de bom grado uma posição libidinal, nem mesmo quando a realidade apresenta um substituto. Normalmente, a uma intensa necessidade de se manter vivo o objeto perdido, através de lembranças e tentativas de contato com esse objeto, consistindo em um superinvestimento afetivo. E assim a um desligamento da libido em relação a cada uma das lembranças.

O luto não está preso a determinado período, pois ele implica a reconstrução de um novo modo de viver em conformidade com a ausência e presença do objeto e de sua representação. Por algumas vezes, essa vivência de perda pode não existir, há uma dificuldade na elaboração do luto, em que o sujeito se apega à lembrança do objeto perdido e, deste modo, o sujeito sucumbe a um “sério episódio depressivo.” Neste sentido podemos falar de um luto patológico em que a libido apresenta dificuldade de desligar-se do objeto causa de satisfação. Sobre o luto patológico, Freud diz que este se faz presente pelo conflito gerado pela ambivalência, que empresta um cunho patológico ao luto, forçando-o a expressar-se sob forma de auto-recriminação, no sentido de que a própria pessoa enlutada é culpada pela perda do objeto amado.

O luto é fácil de ser identificado, pois tem como referência o mundo externo, e claramente percebemos o que foi perdido. No caso da aposentadoria, deixar o trabalho representa o abandono de vários objetos amados, como, por exemplo, o reconhecimento profissional e institucional. Percebemos que estes dois elementos aparecem com muito significado na fala dos aposentáveis. Respectivamente, um por existir somente naquele ambiente, e como tal constitui-se como uma fonte externa de confirmação narcísica, e o outro, por ultrapassar este ambiente, pois a sua representação permeia toda a vida social dos aposentados.

Primitivamente o luto estaria relacionado à condição inerente da existência humana. Desta forma é natural que, diante da perda e/ou da separação de algo ou de alguém amamos e admiramos em nossa vida, seja um processo penoso de sofrimento. Em *Sobre a transitoriedade* (1916), afirma que “*o luto pela perda de algo que amamos ou admiramos se afigura tão natural ao leigo, que ele o considera evidente por si mesmo*” (p. 318). Devido ao sentimento imposto pela ausência do objeto amado, instala-se um sofrimento que, de tão comum e usual, o aceitamos com ou sem resignação. Sem a presença do objeto, o mundo se torna pobre e vazio, desinteressante e penoso. Assim, é esperado normalmente que um período de sofrimento e penosidade seja necessário para o sujeito “habituar-se” psiquicamente à ausência do objeto.

Em “Luto e melancolia” (1917 [1915]) Freud trabalha a perda de um objeto, seja ele real, imaginário ou simbólico, que se traduz no luto, mostrando como este se apresenta na neurose e na psicose (melancolia), como o psiquismo funciona

diante das perdas, procurando compreender como cada sujeito reage diante das perdas. Deste modo, o luto foi definido como um momento paradigmático por excelência da vivência e da elaboração de situações de perda e de frustração, levando em conta a realidade psíquica. Verifica-se, em alguns casos, que o aposentável necessita de ajuda para elaboração desse momento.

A partir de Freud (1917 [1915]), pode-se dizer que o processo de sofrimento diante da perda e/ou da separação de algo ou de alguém que amamos e admiramos em nossa vida é normal. No caso dos aposentáveis, conforme percebido em alguns nos servidores entrevistados, é compreensível a penosidade que alguns sentem ao vivenciarem a possibilidade de deixar o ambiente de trabalho. Com isso, o período de passagem para a aposentadoria pode afetar psiquicamente os servidores, pois os mesmos estariam em fase de elaboração das diversas perdas, tais como: juventude, papéis sociais, laços afetivos. O momento de transição, a passagem do *status* de trabalhador ativo para o de trabalhador inativo pode causar abalos na vida psíquica de muitos sujeitos, claro que em graus e intensidades diferentes. No quarto capítulo, me proponho a apresentar os depoimentos de servidores que estão aposentados ou prestes a se aposentar, na intenção de verificar alguns aspectos específicos, tais como: a relação do sujeito com trabalho, com a família, com os amigos, com o lazer, com o corpo, com o envelhecimento e com a perda, para melhor articularmos a teoria freudiana, a partir dos textos mencionados anteriormente, com dados da realidade.

3.3 O mal-estar

Para Freud (1930, p. 103/106) desde o momento em que o homem primitivo descobriu que através do trabalho, poderia melhorar convivência entre os seres humanos, pela necessidade externa, o trabalho veio ganhando forte influência na vida do sujeito. A tal ponto, que deixar esse ambiente, para alguns é muito penoso. Entendo a aposentadoria como uma construção social que, como tal, sofre transformações impressas na sociedade, trazendo efeitos imprevisíveis, tanto psíquicos como sociais, negativos ou positivos.

Nesse estudo pretendo abordar o mal-estar no contexto da aposentadoria. Vimos que a aposentadoria significa o encerramento de várias representatividades via categoria trabalho, como o reconhecimento funcional e institucional, *status*, laços de amizade, além de vir acompanhada de alterações na rotina diária e nos vínculos arranjados durante sua vida produtiva, inclusive com o sistema social da instituição (passagem de ativo para inativo) – o que para alguns pode trazer desconforto, pois conforme o papel exercido pelo trabalho na constituição da identidade do servidor, a aposentadoria apresenta-se inevitavelmente como uma nova exigência de enfrentamento de demandas psíquicas, e nem sempre o aposentado elabora adequadamente esse momento.

Para melhor entendermos esse cenário, trago aqui, um texto de Freud que foi agraciado com o prêmio Goethe, “O mal-estar da civilização” (1930), obra na qual o autor afirma que o mal-estar é constante na vida humana. Apesar de todos os confortos, facilidades e estabilidades que a tecnologia e a cultura nos oferecem. Vem da incapacidade do homem ser efetivamente feliz, por conta do inevitável conflito entre as exigências pulsionais do ser humano e as restrições impostas pela civilização, marcado pela passagem do seu estágio primitivo para a vida em civilização¹⁶. Nessa passagem, funda-se a primeira restrição para convivência humana, a sexualidade, estabelecendo neste momento a formação e o desenvolvimento da civilização, impondo uma ordem comum ao grupo, constituindo assim a primeira lei, favorecendo a formação da vida em comunidade.

“A convivência dos seres humanos foi assim duplamente motivada: através da coação ao trabalho, resultado da necessidade exterior, e através do poder do amor, que, da parte do homem, não queria prescindir da mulher como objeto sexual, e, da parte desta, não queria prescindir da criança, um fragmento que desprende dela”. (p. 106).

Neste texto, Freud mostra que o mal-estar faz parte da constituição do ser humano, pelo processo de deixar a vida em estado de natureza – uma liberdade ilimitada, e entrar no estado de civilidade – sociedade, que impõe regras e limites,

¹⁶ Ver Totem e Tabu (1915), obra de Freud na qual, com base em estudos antropológicos sobre sociedades primitivas faz analogias de hábitos primitivos com certas patologias psíquicas do homem moderno. O mito da horda primitiva que mata o pai primevo, senhor de todas as mulheres do clã, e através de um banquete solene o devoram para adquirirem e incorporarem as propriedades paternas, é colocado por Freud como o momento de passagem do *estado de natureza para o estado de sociedade*, pois nesta ação conjunta, de filhos unidos contra o pai tirano e poderoso, se sobrepõem a vontade e ação coletiva sobre a vontade individual.(REGO, 1995, p. 8).

restringindo assim a liberdade e levando-o a viver conforme mecanismos reguladores. Então, Freud identifica essa perda como o cerne do eterno conflito do homem com a civilização ao buscar a liberdade perdida, e que, para tal, este é movido pela busca do prazer, ao mesmo tempo em que precisa da ordem para se salvar da dor e do caos.

Com isso, podemos dizer que, para Freud, o mal-estar vem das restrições trazidas pela civilização, as mesmas que inventamos para alcançar segurança e proteção, limites que se transformaram nos grandes obstáculos para obtê-las.

A busca da felicidade se dá através da tentativa de realização do princípio do prazer, que pelas restrições impostas pelas regulamentações das relações sociais, trazem sérias implicações à vida psíquica do homem, explicada por Freud pelas teorias da concepção do eu e das pulsões, apresentadas em “Além do princípio do prazer” (1920), que nos conduz ao entendimento de que através das regulamentações impostas pelo eu aprendemos a lidar com o mundo externo e ter o domínio sobre as pulsões.

Neste texto excepcional, Freud diz que se indagarmos o ser humano sobre o que ele mais deseja na vida ele responderá: ser feliz. Os homens se esforçam para obter felicidade. Mas esta é por sua natureza possível apenas de maneira episódica. Quando qualquer situação desejada pelo princípio do prazer se prolonga, ela produz somente um sentimento de contentamento muito tênue. Somos feitos de modo a só podermos derivar prazer intenso de um contraste. Essa descoberta freudiana é fundamental para a pesquisa em curso, pois evidencia que por um lado, o trabalhador ativo, tem a vivência do contraste trabalho / férias; mas, por outro, o trabalhador inativo, o aposentado, já não pode mais usufruir desse contraste. O que me leva a interrogar: que efeitos podem provocar uma vida sem contrastes?

Nesse mesmo texto, Freud interroga-se: o que é a infelicidade? Esta, argumenta Freud, é muito mais fácil de experimentar. O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo: condenado à decadência e à dissolução; do mundo externo: com as forças de destruição esmagadoras e impiedosas; de nossos relacionamentos com os outros homens (este é o mais penoso de todos). Sob pressão de todas essas possibilidades de sofrimento, o homem se acostumou a moderar a sua reivindicação de felicidade: o princípio do prazer se transformou no princípio da realidade; um homem pensa em ser feliz

porque escapou a infelicidade ou sobreviveu ao sofrimento. Em geral a tarefa de evitar o sofrimento coloca a de obter prazer em segundo plano. Para Freud, o Método mais tentador de conduzir as nossas vidas é a busca de uma satisfação irrestrita de todas as necessidades. Mas isso significa colocar o gozo antes da cautela, acarretando logo o próprio castigo.

Sendo assim, escolhemos métodos em que a fuga do desprazer constituiu o intuito principal. Contra o sofrimento que pode advir dos relacionamentos humanos, a defesa é o isolamento voluntário; contra o sofrimento advindo do mundo externo a defesa é o afastamento dele; contra o desprazer a defesa é a intoxicação; a defesa também se aplica ao aparelho sensorial (loga – atinge apenas a felicidade da quietude); aos deslocamentos da libido (reorientar os objetivos pulsionais – sublimação – produção de prazer) a partir de fontes do trabalho psíquico e intelectual. Como por exemplo, a alegria do artista em criar; a do cientista em solucionar problemas ou descobrir verdades; contra o sofrimento que a realidade impõe a defesa é romper todas as relações com ela – ser um eremita – rejeita-se o mundo; a religião e o amor também são defesas contra o sofrimento. O lado fraco dessa técnica é que nunca nos achamos tão indefesos contra o sofrimento como quando amamos, nunca tão desamparadamente infelizes como quando perdermos o nosso objeto amado ou o seu amor.

Freud verifica que com o auxílio desses “amortecedores de preocupações” (p. 73) é possível afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio. Sendo assim, a felicidade é predominantemente buscada na beleza das formas, dos gestos humanos, dos objetos naturais, das paisagens, das criações artísticas, das criações científicas. Mas, a atitude de estética também oferece muito pouca proteção contra a ameaça do sofrimento. O programa de tornar-se feliz, que o princípio do prazer nos impõe, não pode ser realizado. Nenhum desses caminhos nos leva a tudo que desejamos. A felicidade constitui um problema da economia da libido do sujeito. Não existe uma regra de ouro que se aplique a todos, todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico pode ser salvo. O homem erótico dará preferência aos seus relacionamentos com outras pessoas; o narcisista buscará suas satisfações em seus processos psíquicos internos; o homem de ação não abandonará o mundo externo, onde pode testar sua força. Qualquer escolha levada a um extremo condena o

sujeito a perigos, no caso de uma técnica ser escolhida como exclusiva, caso se mostre inadequada. Freud propõe que não se deve buscar a totalidade de nossa satisfação numa só aspiração.

Uma das três fontes de sofrimento humano que está intrinsicamente correlacionada à aposentadoria é a que advém do nosso corpo. O corpo padece das doenças, da velhice (a menopausa, a andropausa, as rugas, os cabelos brancos, a ausência de elasticidade da pele) que deflagra a perda da imagem ideal, tão valorizada na sociedade contemporânea.

Freud diz que *“jamais dominaremos completamente, e nosso organismo, ele próprio, uma parte dessa natureza, sempre será uma formação transitória, limitada em sua adaptação e em sua operação”* (p. 80), pois entendemos que é impossível evitar a submissão aos sofrimentos dessa fonte. Por mais instrumentos tecnológicos que o homem invente, jamais a natureza ficará sobre seu total domínio.

Segundo Freud (1914) a formação dos ideais constitui-se num dos caminhos percorridos pela libido após a constituição do ego enquanto imagem coesa, em seu processo de individuação e de afastamento progressivo da posição narcísica originária. O ideal relaciona-se diretamente com a auto-estima e expressa *“as ideias culturais e éticas do indivíduo”* (p.110) elaboradas inicialmente na identificação com os pais ou figuras substitutas e, posteriormente, pelos ideais propostos.

Outra das três fontes de sofrimento humano que está intrinsicamente correlacionada à aposentadoria é a que advém dos relacionamentos humanos, com a saída do trabalho ocorrem os inevitáveis afastamentos dos amigos, a perda dos laços sociais e afetivos. Como os aposentados lidam com este mal-estar?

No capítulo seguinte me proponho a apresentar o depoimento de alguns sujeitos aposentados e outros, prestes a se aposentar, na expectativa de melhor verificar se houve alguma modificação da posição de cada um desses sujeitos nas suas relações com o Outro após a aposentadoria.

Vale aqui lembrar que para Freud o psiquismo humano forma-se a partir de conflitos que, desde o nascimento, confrontam as pulsões sexuais e a realidade. Podemos dizer que, em termos psicanalíticos, nós somos o resultado da nossa história, tudo que vivemos fica marcado no inconsciente. Essas marcas vão determinar a forma como iremos nos relacionar com o mundo externo. O

inconsciente é uma instância psíquica que retém todos os conteúdos recalçados, que jamais serão apagados. Sendo assim, a forma como cada sujeito lida com a sua aposentadoria está diretamente relacionada à sua história, às suas vivências, sejam elas conscientes ou inconscientes. O próximo capítulo pretende verificar isso na singularidade de cada caso.

Para concluir não posso deixar de levantar uma questão que me inquieta, partindo do pressuposto de que nenhum aspecto pode caracterizar melhor a cultura do que sua estima e seu incentivo em relação às mais elevadas atividades psíquicas do homem, suas realizações intelectuais, científicas e artísticas, interrogo: qual seria a função da aposentadoria?

4. A ESCUTA DO SUJEITO FRENTE À APOSENTADORIA

Neste capítulo se encontra o cerne da pesquisa, pois nele há a escuta ao pré-aposentado, de onde surgiu o interesse deste estudo, e ao aposentado, tonando possível trazer o que representa a aposentadoria para esses servidores e pensar como se percebe o mal-estar nesse momento da vida.

Antes de qualquer apresentação, precisamos trazer brevemente o histórico da noção de escutar para que possamos entender o seu significado para a psicanálise e o Serviço Social, como se deu esse encontro e a contribuição deste para minimizar as formas de sofrimento humano.

A escuta surge com Freud (1912) quando reúne algumas recomendações, aos médicos, para que exerçam a psicanálise, pois naquela época essa era uma prática exclusiva dos médicos. Nesse artigo a noção de escuta aparece atrelada à ideia de associação livre. Segundo Sigmund Freud, é preciso que suspendamos nossa atenção e não nos detenhamos em nenhum ponto específico da fala do paciente, para que assim, de alguma forma, possamos ficar atentos a tudo que nos é dito. A regra freudiana para tal técnica pressupõe que o paciente fale livremente o que lhe vier à cabeça e também não selecione conteúdos intencionais para falar ao psicanalista. Para serem coerentes com esta regra, os analistas precisam se desprender das influências conscientes e deixar a atenção uniformemente suspensa, sem se fixar a um ponto qualquer. Freud diz: *“Ver-se-á que a regra de prestar igual reparo a tudo constitui a contrapartida necessária da exigência feita ao paciente, de que comunique tudo o que lhe ocorra, sem crítica ou seleção”* (p. 150).

Na psicanálise, a escuta aparece atrelada ao conceito de inconsciente, pois ao tratar da psicopatologia da vida cotidiana, Freud escreve a respeito de falhas que operam no discurso, como palavras esquecidas, trocadas, suprimidas e equivocadas. Para ele a fala tem sempre a intenção de comunicar algo muito além daquilo que o consciente mostra, e que ao falar, o sujeito comunica muito mais do que aquilo a que inicialmente se propôs. O inconsciente busca ser escutado e ter seus desejos satisfeitos, comunicando-se por meio de complexas formações, como sonhos, chistes, atos-falhos, fenômenos que apontam para esse

desconhecido que habita o sujeito. E assim abre-se na palavra a dimensão do que escapa ao próprio enunciante.

Freud inaugura a escuta pela técnica de associação livre, considerado um importante método psicanalítico para se chegar ao inconsciente. Tem por objetivo fazer com que o paciente fale tudo o que atravessa a sua mente, com ou sem sentido, qualquer conteúdo, mesmo que de natureza constrangedora. Freud desenvolveu essa técnica atendendo a pacientes histéricas.

No Serviço Social, a introdução do método de escuta à prática do assistente social, inaugurando a subjetividade, aconteceu entre as décadas de 1970 a 1980, pela abordagem fenomenológica, que segundo Nicácio (2005), teve a pretensão de reorientar a prática do assistente social no sentido de que ele não focalizasse apenas a situação objetiva do seu cliente, mas levasse em consideração também a dimensão do 'vivido', isto é, como ele vivencia sua situação de pobreza, procurando observar qual o sentido que atribui ao seu problema.

A escuta nos atendimentos do serviço social não se dá na mesma linha da psicanálise. No Serviço social, tem como objetivo, segundo Nicácio (2005) captar as dificuldades que estão em jogo na situação de vida, do usuário, e precisamos ficar atentos aos seus relatos de sofrimento em função de alguma perda ou fragilidade, que ele as enfrenta com o seu sintoma, seus conflitos, suas dúvidas, medos e fantasias.

Nessa pesquisa, esta técnica é um instrumento de trabalho fundamental para se explorar assuntos de intenso significado, pois através da fala pode-se revelar e reproduzir material rico em sentidos, pois as palavras vão saindo e se tecendo, dando um sentido singular ao vivido de cada um.

Diante dessas considerações, abordaremos nesse capítulo, com aporte da psicanálise, temas que apareceram nas falas dos entrevistados, na forma de categorização, baseando-nos em critérios de recorrência dos termos extraídos das verbalizações dos servidores.

4.1 Análise e discussão das entrevistas

Nesse subcapítulo, analizaremos o material decorrente da transcrição das dez entrevistas, organizadas e analisadas conforme Bardin (2008)¹⁷. Classificamos os entrevistados em dois grupos de análise: **participantes aposentáveis** e **participantes aposentados**, conforme vemos a seguir. Identificamos cada entrevistado pela letra E, seguida de um número ordinal, de acordo com a ordem decrescente de tempo de serviço prestado.

Quadro 2 - Sumarização dos dados dos participantes aposentáveis

PARTICIPANTES APOSENTÁVEIS						
Participantes	Sexo	Idade	Estado civil	Escolaridade	Ano em que pode se aposentar	Tempo no serviço público
E1	F	64	separada	médio	1995	45 anos
E2	F	56	Casada	médio	2004	37 anos
E3	F	58	Casada	superior	2008	35 anos
E4	M	63	Casado	médio	2011	35 anos
E5	M	66	Casado	superior	2011	35 anos

Quadro 3 - Sumarização dos dados dos participantes aposentados

PARTICIPANTES APOSENTADOS						
Participantes	Sexo	Idade	Estado civil	Escolaridade	Ano da aposentadoria	Tempo no serviço público
E6	F	67	Casada	superior	2007	40
E7	M	68	Divorciado	superior	2008	38
E8	F	57	Solteira	Médio	2010	36
E9	M	65	Casado	Médio	2010	35
E10	M	66	Casado	Médio	2001	28

De acordo com o proposto por Bardin (2008) para a análise de conteúdo, criamos duas classes temáticas: **reflexões sobre o trabalho no serviço público** e **demandas psíquicas frente à aposentadoria**. Tais classes surgiram a partir da

¹⁷ Ver página 05 desta dissertação.

frequência de ocorrência nas falas dos entrevistados, que recorrentemente tratavam sobre esses temas. Vejamos os desdobramentos da primeira classe temática:

Quadro 4 - Distribuição das classes temáticas

Classes temáticas	Categorias	
I – Reflexões sobre o trabalho no serviço público	O trabalho como propiciador de projetos pessoais, profissionais e sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação pessoal • Melhores oportunidades na vida • Sustento e estabilidade para a família • Opção de segurança e investimento no estudo dos filhos.
	As peculiaridades do serviço público	<ul style="list-style-type: none"> • As normatizações como geradoras de contrastes frente à sociedade • Características do serviço público fortalecem vínculos com a instituição.
	Vivências no ambiente de trabalho como regulador do narcisismo	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com o que gosta propicia experiência de prazer. • Atribuições de confiança e responsabilidade propiciando mais valor ao trabalho realizado • Referência de competência no trabalho como modelo para os filhos

A classe temática "reflexões sobre o trabalho no serviço público", explora como cada entrevistado atua ou atuou em sua atividade laboral, e como essa atuação reflete em suas atitudes na vida pessoal e social, como também viabilizou

projetos na mesma dimensão, permitindo uma convivência comunitária, para além das questões materiais bem específicas, como sustento financeiro e melhores condições de vida para si mesmo e para a família, pois segundo Freud (1930) não basta a necessidade e as vantagens da comunidade trabalho para que as pessoas convivam.

A percepção da categoria "o trabalho como propiciador de projetos pessoais, profissionais e sociais", se deu quando os entrevistados eram indagados sobre sua inserção no mercado de trabalho. Em suas falas foi percebido o caráter prioritário e de obrigatoriedade associado ao valor econômico ao trabalho, ao falar de suas aquisições, como moradia, melhor qualidade de vida, melhores condições para criar os filhos, independência e amadurecimento. Conforme a fala do entrevistado:

"Sempre pensei em ter minha família, sair logo da casa dos meus pais. Mas queria sair com segurança, e isso foi possível no serviço público. Você pode não ganhar muito, mas é certo. No serviço público tem disso ele te facilita na hora de uma compra, pois sabem que você não vai ser mandado embora de uma hora prá outra. Pude casar com casa própria, tenho meu carrinho, pude dar uma vida melhor para os meus filhos..." (E4).

"Entre no serviço público pela janela. Antigamente era assim, só que eu tirei proveito disso. Já que eles não iam me mandar embora por qualquer coisa, então fui estudar. Entrei para servir cafezinho e me aposentei como secretária. Sei que hoje não é mais assim. Comprei uma casa pela Caixa e tirei minha família do aluguel, ajudei minha irmã nos estudos, paguei curso de inglês prá ela. Me aposentei para cuidar da minha mãe que estava muito doente." (E6).

A categoria "as peculiaridades do serviço público", surgiu na pergunta sobre as atividades desenvolvidas, desde o seu ingresso, e o que mais o incomodou e facilitou na sua trajetória. Além da segurança, que apareceu em quase todas as falas, as normatizações por contrastarem da iniciativa privada, sobre direitos e deveres como servidor, e sobre os seguimentos das mesmas para o desenvolvimento do trabalho, trazendo muitas vezes algum desgaste psíquico, para a realização de determinadas tarefas. Nessa categoria, aparece muito forte, atrelada ao tempo de serviço, o vínculo institucional, pois no grupo de entrevistado, a maioria irá se aposentar, ou se aposentou no serviço público, como primeiro ou segundo emprego. Verificamos essa categoria na fala do entrevistado:

"Estou no serviço público há 35 anos, e faço essa atividade há 30 anos, e ainda não penso em parar, gosto muito do que faço, além de poder acompanhar as mudanças tecnológicas, gosto de perceber isso. Hoje faço meu trabalho de modo totalmente diferente, de quando iniciei no laboratório" (E5).

"Trabalhava na Sheel, como técnico de laboratório, queria fazer engenharia, mas não dava horário para estudar, tinha sempre que ficar depois do horário e viajar. Entrei no serviço público, e pelas informações sobre no que iria trabalhar, me animei porque ia dar tempo para estudar. Fiz engenharia química, mas me aposentei como técnico químico. O mas importante é que eu desenvolvia atividade de engenheiro" (E7).

Quadro 5 - Distribuição das classes temáticas

Classes temáticas	Categorias	
II - Demandas psíquicas frente à aposentadoria	Sentimentos despertados frente a aposentadoria	<ul style="list-style-type: none"> • Insegurança pelas legislações e o "novo". • Momento de satisfação, alívio, "hora de passar o bastão". • Preocupação sobre a saída do trabalho para ficar em casa • Opção de segurança e investimento no estudo dos filhos.
	Diversidade de investimentos psíquicos como facilitador de se vivenciar positivamente a aposentadoria.	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade profissional fora do ambiente de trabalho quando ainda na ativa. • Boas relações familiares. • Vínculos fora do ambiente de trabalho

A classe temática "demandas psíquicas frente à aposentadoria" investiga que possíveis sentimentos podem surgir com a saída do ambiente de

trabalho, via aposentadoria, bem como as transformações no modo de vida do sujeito que, por muito tempo, teve suas atividades cotidianas organizadas pela vida profissional. Essa ruptura pode ser agravada, conforme singularmente cada um se relaciona com o trabalho.

A aposentadoria compreendida desde o seu aspecto de encerramento dos investimentos psíquicos até então dirigidos ao mundo do trabalho, configura-se como uma vivência que desperta uma diversidade de sentimentos, tais como: liberdade, alívio, angústia, medo. A aposentadoria pode representar um momento de premiação pelos anos de trabalho, como a perda de possibilidade de desfrutar de momentos felizes, independente do ambiente de trabalho. Conforme percebido na fala dos entrevistados:

"Quando minha aposentadoria chegou, senti um alívio, não aguentava mais levantar todo dia cedo, cumprir horário. Não que o horário era rígido, mas eu me sentia na obrigação de chegar na hora e sair na hora. Precisava de liberdade para fazer outra coisa. Meus filhos já estavam grande, então podia fazer outra coisa. Precisava pensar um pouco em mim" (E9).

A categoria "sentimentos despertados frente à aposentadoria" foi explorada quando os aposentáveis foram indagados sobre o que pensavam sobre a aposentadoria, e se já tinham pensado em algum momento sobre deixar o ambiente de trabalho. Para os aposentados, perguntamos o que os levaram a se aposentar. Com estas indagações podemos perceber que, para alguns, a chegada da aposentadoria exige um trabalho psíquico frente à perda do objeto de investimento, no caso o trabalho, que se configura de forma semelhante ao trabalho do luto. É o que podemos ver na fala seguinte:

"Não quero me aposentar, enquanto puder contribuir, quero continuar trabalhando. Minha família, principalmente minha esposa, me pergunta quando vou parar. Eu sei que tenho que me preparar, afinal, um dia terei que sair. Mas veja, é isso que sei fazer e que me dá prazer. Preciso parar para descobrir outros prazeres" (E6).

Considerando o descrito por Freud (1915) em Luto e melancolia, no qual aponta que a autoestima não é abalada no quadro de luto, e que isso se deve ao fato de que, no luto, o desligamento da libido direcionada ao objeto ocorre gradualmente, de forma que permite o reinvestimento em outros objetos,

entendemos que aqueles que vêm a aposentadoria como prêmio não passam pelo luto.

Para que a passagem para a aposentadoria não se caracterize como um trabalho do luto, tal como preconizado por Freud (1915), é necessário que o desinvestimento psíquico na vida laboral seja sucedido do encontro de novos objetos de investimento para a manutenção da atividade libidinal. E que nos aconselha como forma apropriada de enfrentar perdas significativas, seria a evitação do desprazer, o que faria qualquer comerciante precavido: diversificar os investimentos. Querendo dizer com isso que a manutenção da saúde psíquica diante de uma perda é assegurada pela vigência de uma balança energética entre os investimentos da libido no Eu e a libido direcionada aos objetos, ocorrendo a dinâmica referida por Freud (1914), de que "quanto mais uma consome, mais a outra esvazia" (p. 99) Uma diversidade de investimentos psíquicos é revelada pelos entrevistados como um aspecto facilitador da passagem para a aposentadoria. Tanto no serviço ativo como na aposentadoria, os entrevistados referem a importância de ter outras atividades e outros vínculos :

“Não me aposentei bem, pensei que era uma coisa e é outra. Demorei entrar no clima de aposentado. Estou há 10 anos aposentado, mas feliz com a aposentadoria, só uns 4 anos. Minha família me ajudou muito, hoje quando ajudo um neto, em qualquer coisa, isso me deixa feliz. Não me preparei para me aposentar. Na época não estava gostando do que fazia, tinha mudado de setor, me aborreci e saí” (E10).

“Eu sou muito ativa, não paro em casa, visito amigos, faço cursos. Não me imagino em casa aposentada. As atividades que faço nenhuma delas me conquistou o suficiente para deixar o trabalho. Faço dança, passeio em excursão. Eu acho que falta eu ter uma atividade de compromisso, independente do dinheiro. As atividades eu vou quando eu quero, não afeta em nada eu não ir” (E3).

Essa parte da pesquisa nos permitiu ver que a vivência da aposentadoria encontra-se diretamente influenciada por sua história de vida, suas relações com a sociedade, sobretudo com a sua vida profissional, e o seu modo de enfrentar as perdas e de como vivenciar às novas situações. Com isso, percebemos conforme leitura Freud (1930), todos tem mal-estar, ele é inerente ao homem. No entanto, notamos que este mal-estar, na passagem para a aposentadoria, poderá ser em maior ou menor intensidade, dependendo da singularidade do modo como cada sujeito vivência sua trajetória laboral.

As entrevistas realizadas nesse estudo, apesar de não se configurarem como uma situação de encontro psicanalítico, viabilizaram que os entrevistados relatassem experiências da vida laboral entrelaçadas com temáticas que traduziram o que está além de etapas na passagem para a aposentadoria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, esta dissertação se propôs a uma reflexão a respeito da vivência da aposentadoria, no contexto do serviço público. Para tal foram realizadas entrevistas com servidores, aposentados e pré-aposentados, na tentativa de apreender as representações psíquicas e sociais sobre a aposentadoria, e assim contribuir para um melhor entendimento desta nova fase na vida destes servidores.

O processo de aposentadoria é compreendido a partir de diversas áreas teóricas; nessa dissertação damos ênfase especificamente à psicanálise por desvelar as matizes singulares de uma experiência que tem funções além do sustento financeiro, e que entende o trabalho como suporte do valor da imagem de si mesmo e também de promotor de importantes relações no campo subjetivo. Assim, a teoria psicanalítica oferece um pano de fundo para a compreensão dos conflitos impostos pela situação de aposentadoria decorrentes da função que exerce o trabalho no processo de constituição identitária dos sujeitos. No caso dos servidores, há ainda alguns que vivenciam conflituosamente a relação entre legislação que os rege e o cotidiano no cumprimento das tarefas.

As duas classes temáticas resultantes da análise dos dados encontrados neste estudo permitiram identificar a complexidade e a singularidade da passagem para a aposentadoria, decorrentes das particularidades com que se reveste o exercício das tarefas. Verificou-se então, que o mal-estar percebido em alguns servidores estaria relacionado à singularidade de percepção de cada um sobre suas próprias vidas - a necessidade de atribuição de sentidos e a busca por compensações diante das frustrações impostas pela passagem para a aposentadoria. Em suas falas, os entrevistados não reconhecem a aposentadoria como fonte de suas angústias, mas sim outros aspectos, como cansaço e as cobranças da vida cotidiana. Percebemos uma resistência por parte de alguns servidores em falar sobre a aposentadoria.

As entrevistas apontam que o tempo na instituição é relevante para a convivência social, principalmente para as mulheres, pois isso lhes dá uma ideia de segurança. Os aposentáveis se espelham nos colegas aposentados e conversam com eles sobre o assunto, procurando observar os pontos positivos deste momento. Um dos pontos positivos observados é o de que, mesmo depois da aposentadoria,

os servidores se sentem vinculados à instituição. Além disso, a participação da família parece ser fundamental na decisão sobre o momento de se aposentar.

Sendo assim, observamos que o mal-estar vai se presentificar sempre na vida do homem, independentemente de estar aposentado ou não, visto que, por estar em um inevitável conflito entre as exigências pulsionais do ser humano e as restrições impostas pela civilização, não há como escapar desse mal-estar.

Os resultados e a discussão realizados neste estudo não se propõem a esgotar o conhecimento sobre as vivências decorrentes da relação homem/trabalho. Ao contrário disso, o trabalho, com o material obtido e as leituras que deram sustentação à exploração do tema, permitem afirmar a complexidade desse fenômeno e também a contribuição decorrente de ações que promovam uma reflexão sobre este momento de vida. A aposentadoria pode constituir-se em um rico momento de avaliação e de construção de novas metas na vida de uma pessoa. Assim, cabe ressaltar a validade de uma constante interrogação acerca de fenômenos humanos que parecem ocorrer na contramão das demandas de ocupação, produtividade e *performance*, tão frequentes nos tempos atuais. Resgatar o valor de uma história profissional e das conquistas e/ou dificuldades que nela se presentificaram contribuem para a possibilidade de encerrar satisfatoriamente um ciclo de investimentos na vida, sem que isso ocasione mal-estar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. .

_____ **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BASTOS, A. V. B.; ZANELLI, J. C. Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J.E.; BASTOS, A. V. B. (Org). **Psicologia, organização e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed. 2004.

BLAY, Abraão, SUCUPIRA FILHO, Eduardo. **Do Trabalho à Civilização**. São Paulo: Fulgor, 1962.

BRASIL. **Decreto Legislativo** Nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919.

BRASIL. Constituição (1824) **Constituição Política do Império do Brazil**. Brasília, DF: Senado, 1824.

BRASIL. Constituição (1934) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1934.

BRASIL. Constituição (1891) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1891.

BRASIL. **Decreto-Lei** Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado de 1988.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRITO, Furtado. **Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil**. Disponível em: <HTTP://www.abep.org.br/usuario>. Acesso em 22 jul. 2010.

CARLOS, S.A., Jacques, M.G.C., Larratea, S.V. & Heredia, O. C. **Identidade, aposentadoria e terceira idade**. In: *Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento*, 1, 77-88.

CHAPLIN, Charles. **Tempos Modernos**. Título original: Modern Times. Preto & Branco. Legendado. Duração: 87 min. Warner, 1936.

COSTA,, A.B. & SOARES, D.H.P. Orientação **psicológica para a aposentadoria**. In: *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 9(2),

DALLARI, A. **O que é servidor público**. Coleção Primeiros Passos nº 214. São Paulo: Brasiliens, 1989.

DEMO, R. L. L. **Breve história legislativa da previdência dos servidores públicos civis federais: contribuição e benefício**. Disponível em: <<HTTP://WWW.bdjur.stj.br/dspace>>. Acesso em 15 mar. 2010.

DEJOUR, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2007.

DURANT, W. **História da civilização**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1943.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista**: as funções da previdência e da assistência social. São Paulo: Cortez, 1980.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **Feudalismo**. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1994.

FREUD, Sigmund. (1914/2006). **Sobre o narcisismo: uma introdução**. In: Edição Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1915/2006). **Luto e melancolia**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____ (1916/2006). **Sobre a transitoriedade**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____ (1930/2010). **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: Coleção L&PM POCKET, 2010.

FROMM, E. **Medo à liberdade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

GAY, P. **Freud**: uma vida para nosso tempo. Belo Horizonte: Companhia das Letras, 1989.

GIAMBIAGI, F. ALÉM, A. C. **Finanças Públicas** - Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____ **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

JERUSALINSKY, A. **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

LANGER, André. Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz. Cadernos Humanitas Unisinos. Ano 2, nº 5, 2004.

LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média** – Tempo, trabalho e cultura do ocidente. Trad.: Maria Helena de Costa Dias – Lisboa: Estampa, 1979.

LEITE, C. B. **Um Século de previdência social balanço e perspectivas no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

LEVY, M. S. F. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)**. São Paulo, Revista de Saúde Pública, v. 8 (suplemento), p. 49-90, 1974.

LEWKOWICZ, Ida; GUTIERREZ, Horácio; FLORENTINO, Manolo. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2008.

LIBBY, Douglas; PAIVA, Eduardo. **A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos**. São Paulo: Moderna, 2005.

LLOYD, Dennis. **A Idéia de Lei**. São Paulo : Editora Martins Fontes, 1998.

KEHL, M. R. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MATTOS, B. M. **Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual**. Revista de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estado do Rio de Janeiro. nº 20, 2007.

MATTOSO, K. M. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1990.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e terra, 1981.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MUCIDA, A. **O sujeito não envelhece** – Psicanálise e velhice. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MUMFORD, L. **A condição de homem: uma análise dos propósitos e fins do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Globo, 1956.

OHLWEILER, O. A. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PEREIRA, A. J. **A evolução histórica da previdência social e os direitos fundamentais**. Postado em 2004. <http://jus.com.br/revista/texto/6881/>. Acesso em: 04 dez. 2012.

REGO, João. **Poder, Estado e sociedade em Hobbes e Freud** – reflexões sobre Leviatã e o Mal-estar na civilização. Postado em 1995. <http://www.psicanalise.org>. Acesso em: 26 de set. 2012.

SILVA, D. G. P. **Regime de previdência social dos servidores públicos no Brasil: perspectivas**. 2002. Tese (V Master em Direção dos Sistemas de Seguridade Social). Organização Ibero-americana de Seguridade Social. Brasília. Disponível em <[HTTP/WWW.fundacaoanfip.org.br/monografias](http://WWW.fundacaoanfip.org.br/monografias)>.

STEPHANES, R. **Reforma da previdência**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

RUSSOMANO, M. V. **Curso de previdência social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

VIEIRA, B. O. **História do Serviço Social:** Contribuição para construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Cortez, 1980.

ZANELLI, J. C.; NARBAL, Silva. **Programa de preparação para aposentadoria.** Florianópolis: Insular, 1996. PUCRS.

Apêndice Produto da dissertação

- Palestra: Investindo na vida.

Este evento fez parte do programa de semana de integração dos novos servidores, no Centro de Tecnologia Mineral – CETEM, em 06/02/2013.

Público alvo: Novos servidores.

Objetivo: Mostrar aos servidores que o processo de desligamento do trabalho, via aposentadoria é construído ao longo do tempo de vida produtiva, e não a partir do momento que se preenche os requisitos para a aposentadoria.

- Encontro com os servidores aposentáveis

Objetivo: Conforme leituras especializadas, e o que foi escutado nas entrevistas, sobre o binômio trabalho-aposentadoria, nos permitiu perceber que o período que antecede o desligamento do trabalho para a aposentadoria, é de suma importância para o trabalhador, pois sabe-se que muitas pessoas organizam a vida social conforme a vida profissional, e muitas vezes a relação de convívio com grupo de trabalho acontece também fora da empresa, podendo ainda haver identificação através da categoria social de trabalho. Atrás desta categoria existe um sujeito, que ao longo de toda sua

vida profissional pode ter ficado “escondido” para outras atividades, (MUCIDA, 2000, p.30) pois parte de seu objeto de investimento psíquico, que toma uma parcela significativa do tempo na vida adulta, encontra-se atrelada à atividade profissional. Por isso, trata-se de um período em que as expectativas (boas e/ou más) habitam grande parte dos pensamentos e sentimentos, de alguns aposentáveis, trazendo algum desconforto emocional, um “mal-estar”. Sendo assim este encontro objetiva despertar nesses servidores o interesse de se investir em novos objetos, como forma de enfrentamento das perdas significativas, relacionadas ao ambiente de trabalho.

Anexo A - Servidores aposentáveis
Ficha de identificação pessoal e social

Nome:

Data do Nascimento:

Sexo: () Feminino () Masculino

Escolaridade:

Formação:

Endereço:

Telefone:

Desde de quando pode se aposentar?

Composição familiar:

Origem da família (cidade, estado, país).

Condições de vida (estado civil, recasamentos, viuvez, perdas, acidentes, doenças, cirurgias, tratamentos, saúde, lazer, conquistas pessoais, participação em associação de bairro, religiosa).

Participação no mercado de trabalho (inserção, funções, tempo no serviço público e na atual instituição, outras atividades laborativas).

Aspectos subjetivos sobre a aposentadoria (significado do trabalho e a influência nas suas relações sociais e familiares, perspectivas e seu significado, sentimentos despertados, projetos e sonhos).

Anexo B - Servidores aposentados Ficha de identificação pessoal e social

Nome:

Data do Nascimento:

Sexo: () Feminino () Masculino

Escolaridade:

Formação:

Endereço:

Telefone:

Quando se aposentou:

Composição familiar:

Origem da família (cidade, estado, país).

Condições de vida (estado civil, recasamentos, viuvez, perdas, acidentes, doenças, cirurgias, tratamentos, saúde, lazer, conquistas pessoais, participação em associação de bairro, religiosa).

Participação no mercado de trabalho (inserção, funções, tempo no serviço público e na instituição que se aposentou, outras atividades laborativas).

Sobre a aposentadoria:

- Aspectos subjetivos (significado do trabalho e a influência nas suas relações sociais e familiares, perspectivas sobre aposentadoria e seu significado, projetos e sonhos).

- Fatores que influenciaram na decisão de se aposentar.

- Estar aposentado, sua relação com o mundo. O quê mudou?